

A LUTA DA ZANINI

NO PROÁLCOOL

zanini sa equipamentos pesados

I N D I C E

01. Empresários no Proálcool
 02. Zanini no Proálcool - Projetos de Nossa Responsabilidade
 03. Fotosíntese Como Fonte Energética
 04. Gazeta Mercantil - 18-20/10/1980
Nas Usinas, o álcool passará a ser um subproduto do bagaço
 05. O Estado de São Paulo - 14/10/1980
Resolução do BC afetará o Proálcool
 06. O Globo - 12.10.1980
Plantio lento prejudica o programa
 07. O Estado de São Paulo - 15.06.1979
Biagi sugere medidas para elevar a produção de álcool
 08. O Estado de São Paulo - 24.06.1979
Crise é bode expiatório do mercado
 09. Gazeta Mercantil - 06.07.1979
A necessidade cada vez maior de coordenação
 10. Revista Bolsa - 02.07.1979
Balança de Pagamentos: Compra de Petróleo - só a ponta do iceberg
 11. Gazeta mercantil - 29.06.1979
É preciso investir no agricultor
 12. Revista Petro e Química - abril 1979
Equipamentos - demanda atendida
 13. Gazeta Mercantil - 22.07.1979
Biagi garante que a Petrobrás participará
 14. Folha de São Paulo - Empresários querem Proálcool
Jornal da Tarde - Um pedido ao Presidente: agilizar o plano do álcool
Diário Com. e Ind. - Dinamizar o Proálcool
Jornal do Brasil - Empresários pedem a Figueiredo que mude o Proálcool
- Abril de 1979

zanini sa equipamentos pesados

15. Gazeta de Alagoas - 06.04.1979
Mais sugestões para o Proálcool
16. Inflação de 60%, prevê empresário
Zanini explica joint-venture
17. O Estado de São Paulo - 19.01.1979
Industrial vê o Brasil a caminho da recessão
18. O Globo - 19.01.1979
Zanini pede mais verbas e rapidez para Proálcool
19. Proposta de Luiz Biagi
COPLIN - Comissão de Planejamento Energético
20. O Globo - 21.08.1980
Alcool: Ometto critica intervenção do Estado
21. Jornal do Brasil - 15.10.1979
Diretor da Fiesp quer mudar modelo econômico
22. Jornal do Brasil - 20.08.1980
Alcool moverá 47% da frota deste semestre
23. Jornal do Brasil - 20.08.1980
Empresário repele a distribuição estatal
24. O Diário (Ribeirão Preto) - 15.02.1980
Economia brasileira exige renúncia afirma Luiz Biagi
25. Balanço Anual - 1980
Lições de tempos difíceis
26. Balanço Anual - 1980
Informações sobre grupos empresariais
27. Balanço Anual - 1980
Informações sobre grupos empresariais
28. Exame - 1980
Melhores e Maiores - 1980
Destques - (maior prejuízo - Zanini)
29. Balanço Anual - 1980
O Proálcool ainda não deu lucro

zanini s/a equipamentos pesados

30. O Estado de São Paulo - 19.09.1980
A Meta do Proálcool definida para 85
31. O Estado de São Paulo - 19.09.1980
Lucro de 1,8 bilhão de dólares com a gasolina
32. Zanini critica empresa estrangeira
O Globo - 26.09.1980
33. O Diário da Manhã (Ribeirão Preto) - 27.09.1980
Luiz Biagi confirma DM: Bird atua como agente comercial de estrangeiros
34. Jornal do Brasil - 15.09.1980
Empresários garantem meta do Proálcool em 85 já no próximo ano
35. Jornal do Brasil - 08.01.1980
Usineiro culpa Interbrás por vender barato
36. Analítica - Ciência e Tecnologia
Luiz Lacerda Biagi fala do Proálcool

CAPACIDADE DE ENTREGA.

Eduardo Tagliarini Filho,
Diretor-Presidente da
Destilaria Guaricanga.
Telefone, 118 e 119 - Presidente Alves



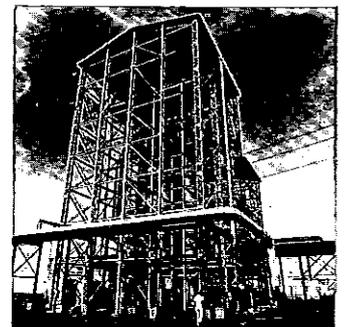
Antes de mais nada, eu acho que a empresa que fabrica equipamentos para destilarias tem que ter grande porte, muita responsabilidade e condições de entregar seus produtos dentro dos prazos previstos e ainda, ter uma boa assistência técnica.

Por esta razão optei por equipamentos Zanini e confesso que estou plenamente satisfeito.

A baixa rentabilidade da pecuária de corte, que era nossa principal atividade, e também os baixos preços dos produtos de maior importância na região, café e milho, isso tudo adicionado ao alto preço da terra, fez com que eu procurasse uma outra alternativa dentro do mesmo campo. Foi quando pensei na cana-de-açúcar.

Então em 1975, fiz uma consulta ao Instituto de Açúcar e do Alcool, sobre a possibilidade de implantar uma destilaria. Nesta mesma época surgiu o PNA. Meu projeto foi o segundo aprovado pela Comissão Nacional do Alcool, como também o segundo a entrar em funcionamento.

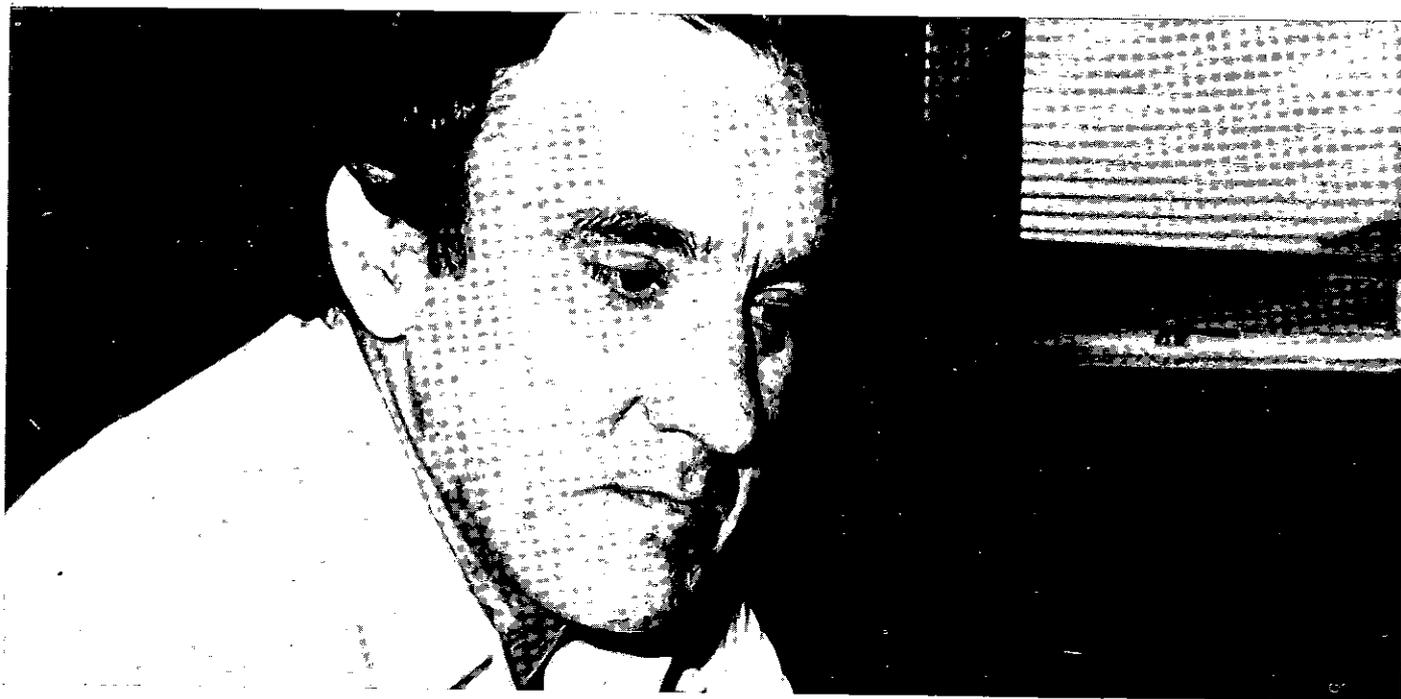
Numa época em que todos os países do mundo estão investindo somas enormes, pesquisando novas fontes de energia, nós já temos a nossa. Espero também que o Proálcool possa elevar o nível de vida do trabalhador rural, além disso, vejo no PNA uma forma de ocupar o solo pois na Região Noroeste do Estado de São Paulo, as terras estão completamente abandonadas. Estamos correndo o risco de, a curto prazo, transformar o nosso solo num deserto sem petróleo.



DESTILARIAS ZANINI

ALTA TECNOLOGIA EMPREGADA.

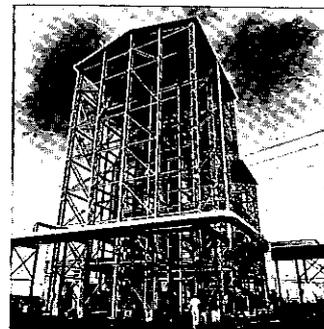
Francisco Etelvir Dantas,
Diretor-Presidente da Valerio
Agroindústria Alcool Química
do Rio Grande Ltda.
Telefone (071) 244.8425



Inicialmente o parecer técnico de meus assessores, dos homens que realizaram o projeto, todos eles foram unânimes em me informar que a Zanini poderia oferecer o melhor equipamento. Em seguida, fiz uma visita à fábrica onde tive a oportunidade de observar a alta tecnologia empregada e a seriedade na fabricação dos produtos.

O Proálcool foi uma das coisas que me empolgaram. Empresarialmente e economicamente é um dos bons negócios do momento. 100% de financiamento na parte agrícola, 90% na parte industrial, juros subsidiados a 15% ao ano. É também altamente rentável na medida em que o empresário pode reinvestir todo seu lucro na própria empresa, em benefício de melhorias tecnológicas e sociais.

Se pensarmos que o país só pode ser livre se tiver sua independência energética e, que esta pode ser obtida pelo Proálcool, isto já revela o dimensionamento do Programa, que deveria ser abraçado por todo empresariado brasileiro.



DESTILARIAS ZANINI

Empresários no Proálcool
Estória III

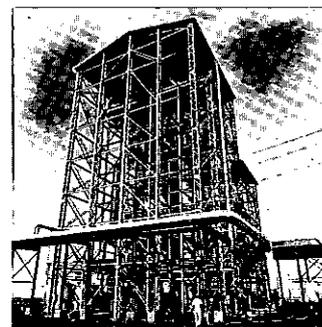
EQUIPAMENTOS MAIS ATUALIZADOS.

Arthur Hoffig, fundador de Brasilândia
e Diretor-Presidente da
DEBRASA - Destilaria Brasilândia S/A.
Telefone (011) 210.3166



Pelos estudos que fiz, os equipamentos Zanini são os mais atualizados.

O Programa Nacional do Alcool vai proporcionar à Brasilândia, maior desenvolvimento e melhores condições de trabalho para o povo. Além disso, como brasileiro eu acho que o álcool pode nos libertar da importação do petróleo.



DESTILARIAS ZANINI

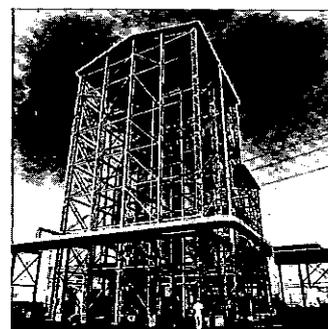
TRADIÇÃO.

Carlos de Carli Filho, Diretor Técnico
da Agro-Industrial Fazendas Unidas.
Telefone (092) 236.5518



A tradição no ramo e a amizade que eu tenho com os diretores da Zanini.

Em 1932 usei álcool no meu carro. Acho que é o futuro do Brasil, ainda que amanhã se descubra petróleo. Em Pernambuco na década de 30 já tínhamos mais de 600 veículos movidos a álcool produzido pela Usina Serra Grande, de Alagoas. Chamava-se USGA. Quem hoje entra no negócio da cana, deve optar pelo Proálcool, deve ser o primeiro caminho.



DESTILARIAS ZANINI

MELHOR PREPARO.

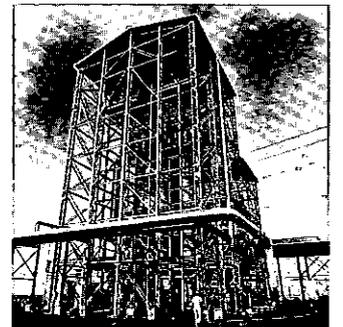
José Aécio Infante, Diretor Administrativo
da Destilaria de Alcool Major
Infante - DAMISA.
Telefone (0437) 34.1232



Na ocasião que tivemos nosso projeto aprovado pelo CNA, encontramos maiores facilidades junto ao grupo Zanini, que tinha melhor se preparado para o Programa Nacional do Alcool.

Espero que o Programa Nacional do Alcool se torne realmente uma fonte alternativa de substituição do petróleo, que venha a sanar essa dificuldade que o Brasil tem na tentativa de encontrar petróleo.

A Zanini foi a empresa que melhor pode nos assessorar. Hoje estamos satisfeitos com os equipamentos Zanini. Tem apresentado uma rentabilidade muito boa em todos os setores; extrativo e principalmente econômico. Também os custos da Zanini, em concorrência, foram os mais baixos.



DESTILARIAS ZANINI

Empresários no Proálcool
Estória VI

CONDIÇÕES SUFICIENTES.

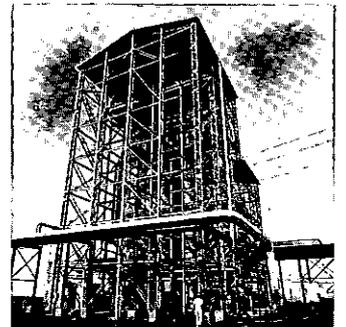
Engenheiro Industrial Alberto Michal
Gontarski, Diretor da Destilaria Sinop
Agro-Química S/A.
Telefone (041) 222.8421



*Pretendíamos nos
assessorar com uma
empresa que pudesse
nos dar, na área de
geração de energia,
condições suficientes
para o que
planejavamos.*

*Optamos por Zanini
pela garantia que
nos dá uma firma
muito sólida, já tradi-
cional nesse ramo.*

*Acho que todo o brasileiro
espera alguma solução do
Programa Nacional do Alcool.
Percebemos no Proálcool uma
forma eficaz de garantir o
desenvolvimento de regiões,
férteis e de abundante
mão-de-obra.*



DESTILARIAS ZANINI

Empresários no Proálcool
Estória VII

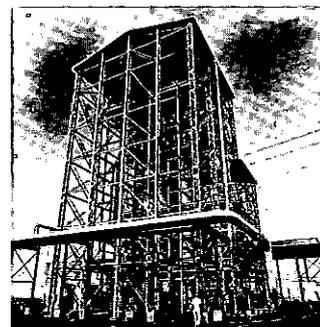
DESEMPENHO ECONÔMICO.

Engenheiro Cícero Junqueira Franco,
Diretor da Destilária R.S. S/A.
Telefone (016) 726.2299



Nossa experiência anterior com equipamentos Zanini. Uma minuciosa análise na parte de processos, tecnologia e desempenho econômico e também o relacionamento Zanini-Cliente. O que resultou num contrato chave na mão.

Eu acredito que o PNA pode a curto e médio prazo resolver, não totalmente, mas uma boa parte da crise energética gerada pela alta do custo do petróleo e a exaustão das reservas petrolíferas do mundo. Eu vejo no Programa, a primeira oportunidade que a agricultura teria de se industrializar com um mercado praticamente estável e uma estrutura financeira totalmente apoiada pelo governo.



DESTILARIAS ZANINI

Empresários no Proálcool
Estória VIII

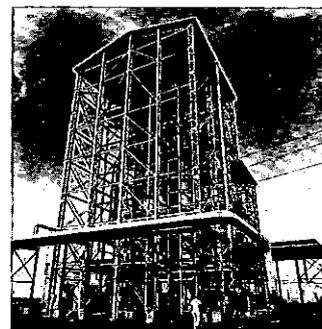
SUPRIRAM NOSSAS NECESSIDADES.

José Arlindo Passos Correa, Engenheiro Civil, Agricultor, Pecuarista e também Vice-Presidente da Destilaria Água Limpa. Fone (0172) 76.1019



O nome, a tradição e também o parecer técnico de alguns consultores, nos indicaram a aquisição de equipamentos Zanini porque realmente acreditávamos viriam suprir nossas necessidades.

Optamos pelo Programa Nacional do Alcool porque, como investimento, seria um bom negócio. Além disso, nossa região é desprovida de renda agrícola e o plantio da cana-de-açúcar tem como consequência o desenvolvimento social e econômico. E também porque acreditamos no Programa como solução para o problema energético que o país vem enfrentando.



DESTILARIAS ZANINI

FICAMOS SATISFEITOS.

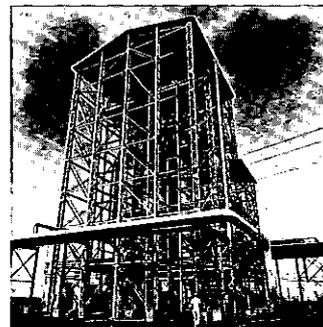
Engenheiro Lamartine Navarro Jr.,
membro do Grupo Especial da Comissão
Nacional de Energia e Vice-Presidente
da Destilaria Alcídia S/A.
Telefone (011) 210.3316



Nós construímos duas destilarias, uma no Mato Grosso do Sul e outra no Estado de São Paulo. Em ambas as destilarias utilizamos equipamentos Zanini e ficamos muito satisfeitos.

Sempre me dediquei ao setor de energia, notadamente ao petróleo e seus derivados. O nosso engajamento no Programa Nacional do Alcool, PNA, foi um pouco inverso. A Destilaria Alcídia surgiu antes do PNA. Em 1973 nós apresentamos ao Governo um trabalho realizado com a colaboração da Zanini e de várias Usinas do Estado de São Paulo, e que se chamou "Fotossíntese como fonte energética", onde lançamos as bases do PNA. Em função deste trabalho, o Instituto do Açúcar e do Alcool liberou, através da Resolução 2084, as Destilarias Autônomas no Brasil, de modo que a Destilaria Alcídia já existia, há cerca de 8 meses como projeto, como idéia, quando surgiu o PNA em novembro de 1975.

Eu acho o Programa vital para o País. Quando nós estamos importando cerca de US\$ 10 Bilhões em petróleo e com uma dependência externa da ordem de 80%, e uma insegurança muito grande na continuidade do abastecimento que pode ser afetado por qualquer crise no Oriente, o problema de segurança nacional se torna de uma magnitude que faz com que o PNA, além do resultado econômico em termos de balança de pagamentos, seja vital em termos de segurança nacional. Nossa aproximação com a Zanini data do trabalho que foi feito em conjunto, com a liderança do saudoso Maurílio Biagi, no sentido de realmente implantar o Programa Nacional do Alcool.



DESTILARIAS ZANINI

Empresários no Proálcool
Estória X

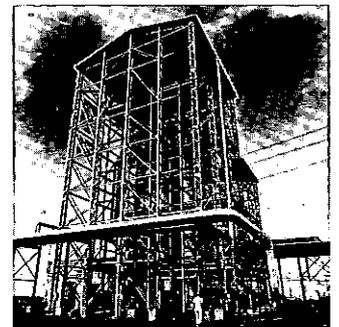
ESPÍRITO MODERNO E DINÂMICO.

Engenheiro Roberto Cardoso de Almeida
Amorim, Diretor da Agro Industrial
Santa Laura.
Fone (011) 881.6277



Quando fui negociar os equipamentos de minha usina, optei por Zanini porque constatei o desempenho e também este espírito moderno e dinâmico que está sempre presente, não só no âmbito da negociação, como no próprio equipamento.

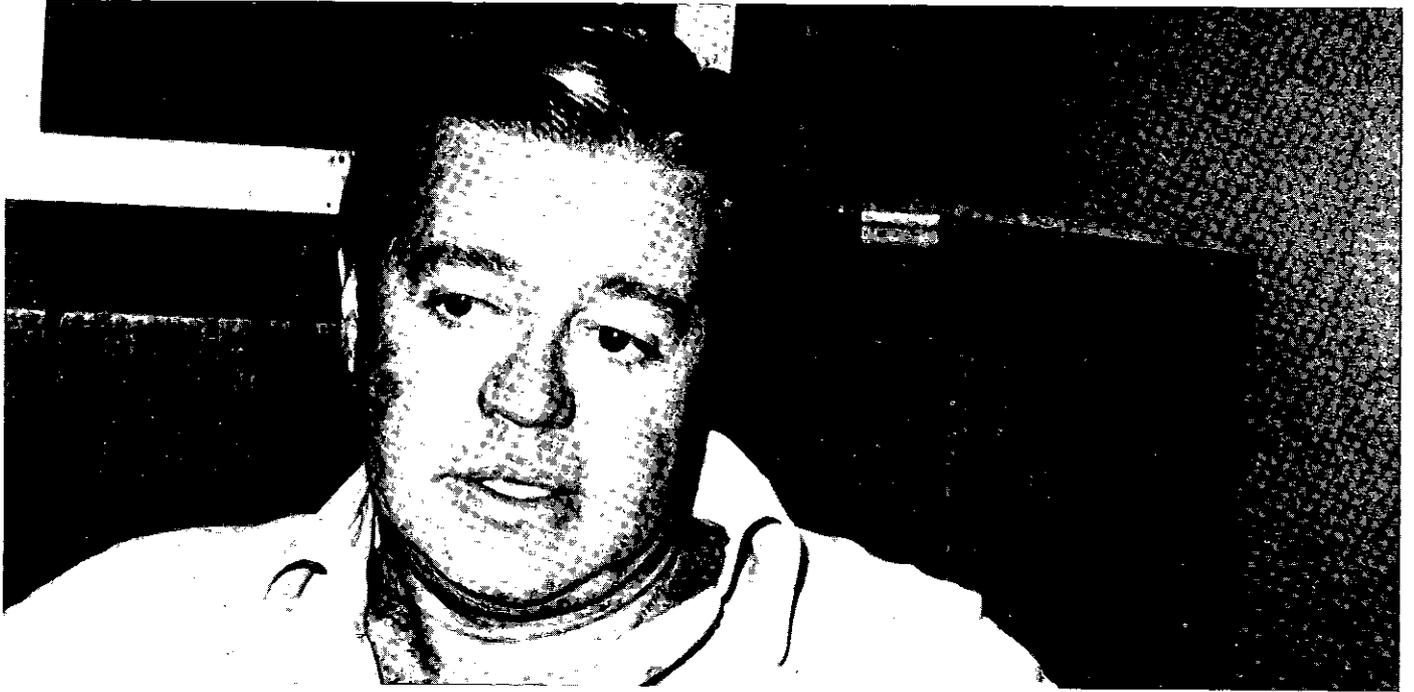
Optamos pelo Proálcool, porque acreditamos que o plantio de cana e sua industrialização trazem ao local e à empresa muitas oportunidades. Eu entendo que o Proálcool promove o desenvolvimento da região, através da criação de novos empregos e, consequentemente melhoria da receita local. Além disso, todos nós que estamos envolvidos no Proálcool, temos consciência de nossa tarefa, nossa obrigação de colaborar com o país no sentido de libertá-lo da dependência do petróleo.



DESTILARIAS ZANINI

UMA ACERTADA ESCOLHA.

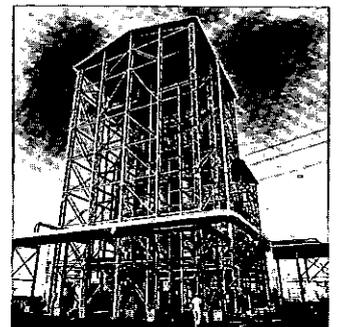
Auro Aluísio Prado de Moura Andrade,
Diretor da Destilária Nova Andradina.
Fone (011) 280.3685



Adquirimos os equipamentos Zanini, após uma minuciosa análise, tanto técnica quanto econômica, e juntamente com os nossos assessores, chegamos à conclusão de que foi uma acertada escolha.

Desde 1973, com a crise do petróleo, nós sentimos que alguma coisa precisava ser feita. Vimos então o Governo Brasileiro abrir as perspectivas de se poder operar no Programa Nacional do Alcool. Diante disso e, nós que sempre estivemos ligados à terra, achamos que seria possível utilizar nossa experiência em tão necessária, urgente e patriótica atividade.

O Programa Nacional do Alcool cria uma quantidade enorme de empregos, fixa o homem ao campo, oferecendo melhores condições de vida, tornando igualmente importantes os assuntos sociais e os econômicos, no campo destas meritórias iniciativas.



DESTILARIAS ZANINI

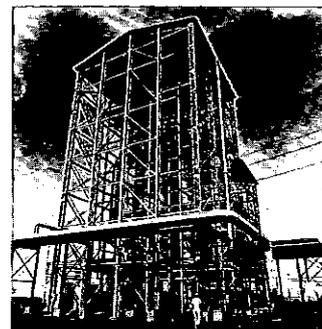
TEM SIDO ÓTIMA.

Advogado Carlos Gross Miranda,
Economista e Diretor da Usina São José
Fone (021) 286.8882



Somos produtores de açúcar e a experiência com os equipamentos Zanini que hoje temos em uso, tem sido ótima.

Acreditamos que, como produtores de açúcar, o PNA seja uma solução válida em virtude da crise que o mercado açucareiro vem atravessando. O Programa Nacional do Alcool, PNA, representa uma solução social e econômica de grande importância para o país. Social por que estamos levando o desenvolvimento, a industrialização, a educação para o interior e desta forma detendo os fluxos migratórios. Econômica, porque você não precisa pagar em dólares para obter combustível.



DESTILARIAS ZANINI

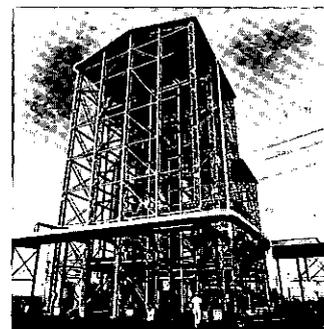
E ASSIM DEFINIMOS.

Euclides Benes, Diretor-Presidente
da Destilaria Univalem S/A.
Telefone (0186) 71.1007



Fizemos contato com a Zanini, quando fechamos o primeiro contrato "chave-na-mão" do Proálcool. E comparativamente, chegamos a conclusão de que sua tecnologia avançada seria o melhor para nossa empresa. E assim definimos.

O Programa Nacional do Álcool é a única solução viável para o Brasil sair da crise energética que a cada dia se agrava. Nossa região se dedicava essencialmente à pecuária, que teve o auge da sua crise em 1976. E com a crise veio o desemprego, a da mão-de-obra ociosa, problema este que foi solucionado com a instalação da Univalem.



DESTILARIAS ZANINI

Empresários no Proálcool
Estória XIV

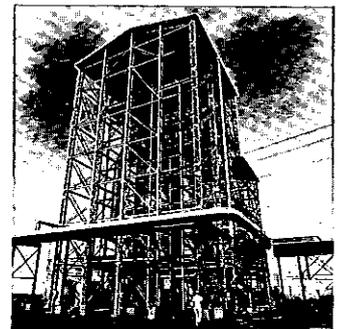
OPTAMOS CONSCIENTEMENTE.

Economista Humberto Costa Pinto,
principal executivo do Grupo Costa Pinto.
Telefone (021) 263.7272



Nossa tendência era fazer nossa destilaria com a Zanini, decidimos empresarialmente. Escolhemos, debatemos, ouvimos outros fornecedores e optamos conscientemente por Zanini, em termos de qualidade do equipamento, de produção e rendimento.

O Programa Nacional do Alcool é vital para o Brasil, não só pelo suprimento de combustível, como também e, principalmente, pela sua capacidade de retenção do homem ao campo, oferecendo-lhe as mais diversas oportunidades. Estamos cumprindo nosso papel, ocupamos o espaço vazio e hoje esperamos colher 3 safras em 2 anos, fazendo 14 a 15 milhões de litros de álcool por ano. Recomendo também a unificação do comando do Programa.



DESTILARIAS ZANINI

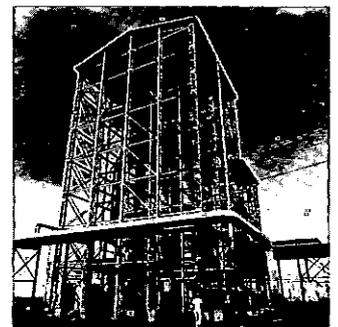
GENTE SÉRIA.

Waldemar Manfrim,
Diretor da Destilaria MB Ltda.
Telefone (0166) 42.3900



Toda minha vida trabalhei produzindo açúcar e álcool. Comecei de baixo, trabalhei sempre com afinco e hoje assumi a diretoria industrial da Usina Santa Elisa S/A. Com esses antecedentes e a seriedade do pessoal da Zanini foi possível realizar a implantação da Destilaria MB, em 9 meses.

Considero o Proálcool fundamental para o Brasil. Estamos usando álcool nos veículos da Usina Santa Elisa, há muitos anos. Sem problemas.



DESTILARIAS ZANINI

QUALIDADE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

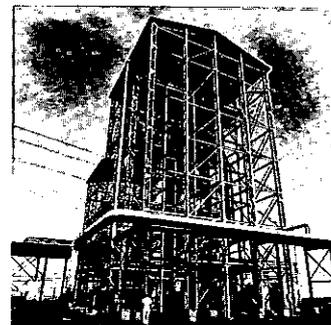
Robert Carlos Lyra
Diretor Superintendente da Agro Industrial
Marituba Ltda.
Telefones (082) 223.3595 e 223.6450



A Escolha dos Equipamentos Zanini deveu-se à qualidade do produto a ser adquirido, a sua assistência técnica, a presteza do seu atendimento e a certeza de que estava adquirindo com segurança um equipamento industrial para que a Agro Industrial Marituba possa participar com eficiência para o PNA e para o Desenvolvimento de Alagoas, e do Brasil.

Acredito que vencida a batalha do álcool, em muito ficarão minimizados os efeitos negativos da crise mundial do petróleo no que se refere ao futuro do Brasil no campo energético.

Parece-nos, sem críticas nem maiores análises, que necessita o governo, definir um planejamento global e integrado entre as diversas regiões brasileiras no que se refere a um Plano Nacional de Energia para que possamos ter a tranquilidade necessária para efetivação de uma ação comum, de mesmos objetivos entre as empresas públicas.



DESTILARIAS ZANINI

PROPOSTA SATISFATÓRIA

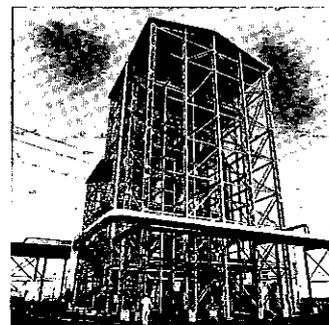
Candido Ribeiro Toledo
Diretor da Penedo Agro Industrial S/A
Telefones (082) 223.2881 e 223.3343



Optei por equipamentos Zanini pela mesma razão que todo empresário faz uma opção por qualquer tipo de equipamento; uma proposta satisfatória por um equipamento que a gente confia. Uma empresa em cuja assistência a gente pode confiar. Então acredito que a Zanini hoje é uma empresa de um porte que tranquiliza o seu cliente lá na ponta na distância, no longe do interior brasileiro. De outro lado, as informações de que dispomos de outros companheiros que já possuem os mesmos equipamentos que nós adquirimos nos dão a confiança que este equipamento operará a plena satisfação.

Eu já nasci dentro do setor do açúcar e álcool, assim como meu pai, meu avô, meu bisavô também. De modo que, em verdade, eu sou um membro de uma tribo que já vem no setor do açúcar do nordeste desde antes de 1800.

A longo prazo, eu acho que não há ninguém no mundo que tenha tanta chance quanto nós. Acredito que a única maneira de não se parar o desenvolvimento nacional é encontrar-se uma maneira de suprir o caminhão e o automóvel com combustíveis agrários. Ora, dentre todos eles, o álcool é o que parece estar mais ao nosso alcance, por isso eu acredito no álcool. Mas para nós que somos secularmente deste tipo de atividade, curto prazo é 5 anos, médio prazo é 10 e longo prazo é toda uma geração. Entre médio e longo prazo, o álcool será também um bom negócio.



DESTILARIAS ZANINI

VENCEU A CONCORRÊNCIA

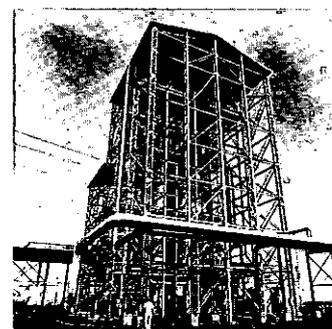
Francisco Ary Ribeiro Teixeira
Diretor Presidente da Cooperativa Agrícola
Mista de Aracoiaba
Telefone LP 05, Fortaleza - Aracoiaba



**Bom, optamos por
uma concorrência
pública da qual a
Zanini foi a vencedora.**

O PNA representa em primeiro lugar uma contribuição efetiva, decisiva mesmo, para a solução dos problemas conjunturais da nossa economia, decorrente da crise energética.

Em segundo lugar, uma feliz iniciativa em favor do nordeste desenvolvido, capaz mesmo de reorientar com base mais firme toda a economia da região e, por último o prenúncio talvez de uma nova revolução tecnológica.



DESTILARIAS ZANINI

Empresários no Proálcool
Estória XIX

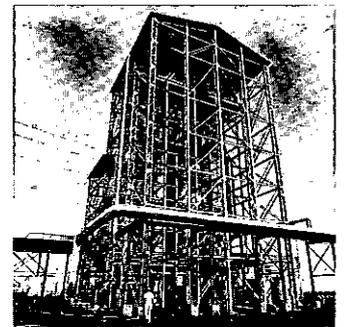
TRABALHAMOS TRANQUILAMENTE

João Gomes Granjeiro
Diretor da Cia. Agro-Industrial Serra
Ibiapaba - Agrosserra
Caixa Postal 00097, Ibiapaba, Ceará



Essa é a terceira fábrica que compramos da Zanini, portanto consideramos os equipamentos da Zanini de alta qualidade. É um grupo muito sério, com quem nós trabalhamos tranquilamente.

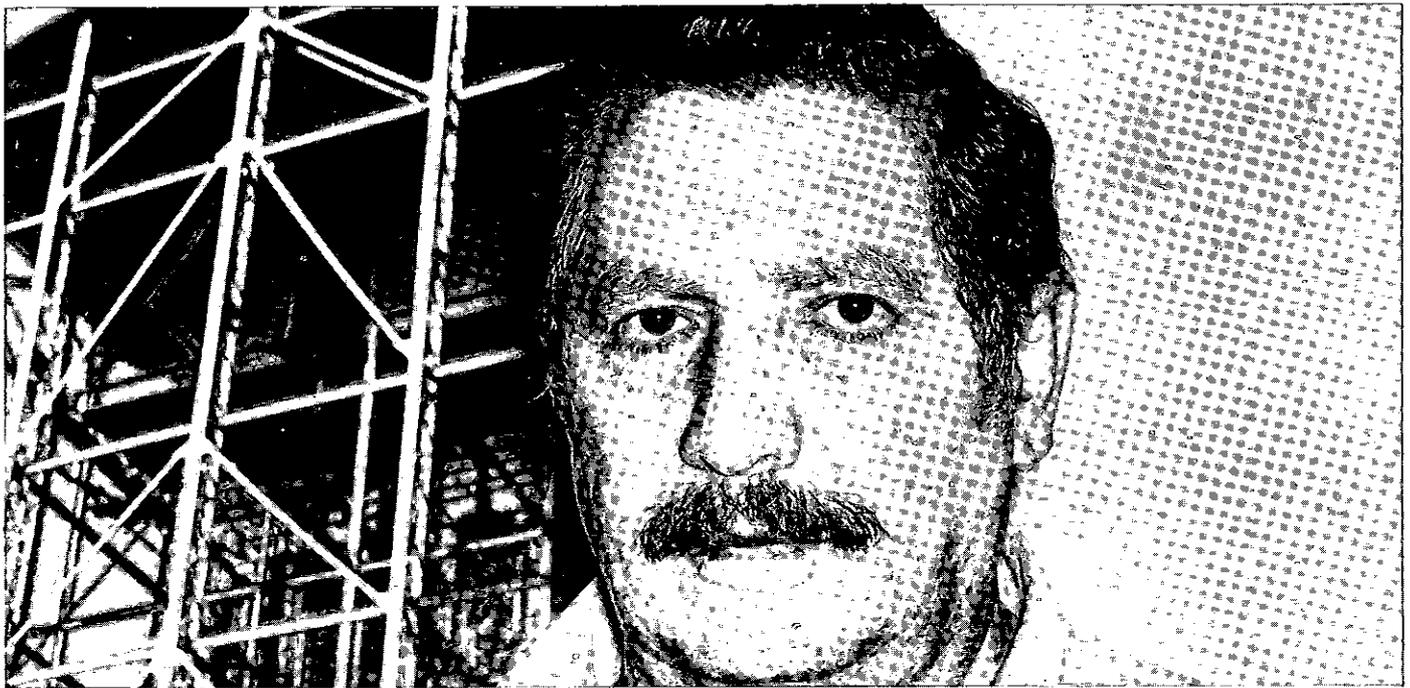
Acredito plenamente no P.N.A. O álcool para o Brasil é a salvação, porque, se todos os países possuísem essa possibilidade que tem o Brasil de produzir sua energia na base do álcool, eu acho que o mundo estaria muito feliz.



DESTILARIAS ZANINI

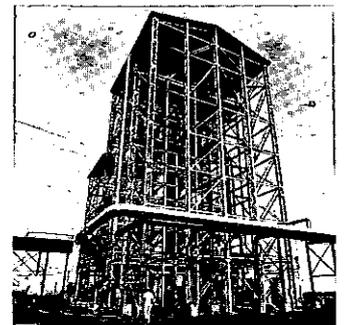
EXPERIÊNCIA

Michal Madi
Diretor Presidente da Destilaria Vale do
Panema S/A.
Telefone (0432) 21.1808



A opção se dá, geralmente por parte de quem já tem algum equipamento Zanini, como nós. Optamos após analisar fatores como aperfeiçoamento, condições de venda, produtividade e assistência técnica imediata. Acompanhei de perto o desenvolvimento da indústria açucareira no estado de São Paulo. É lógico que quando eu vejo, por exemplo, o grupo Ometto optando por equipamentos Zanini, isto é, para mim, o maior atestado que pode existir em relação a este equipamento. Então eu não vejo por onde esconder a preferência.

Espero que o PNA possa ser cumprido conforme preposto. Uma série de fatores tornaram viável a Vale do Panema: a cana responde por uma continuidade melhor na agricultura do que o café; evita rotação de culturas e desgaste das terras; é uma cultura mais rentável e permite solucionar problemas sociais absorvendo mão de obra.



DESTILARIAS ZANINI

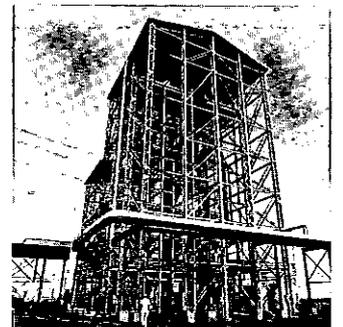
GRANDE PORTE

Aécio Flavio Nunes
Diretor Presidente da Destilaria de Alcool
Vale do Anastácio Ltda.
Telefones (0182) 61.1363 e 61.1388



Antes de mais nada eu acho que a empresa que fabrica equipamentos, tem que ter grande porte e a Zanini o tem. Nós verificamos que ela tem condições de entregar os seus produtos em prazos certos e isso é muito importante para a construção de uma usina. Por isso optamos por Zanini. Porque verificamos em outras usinas e os maquinários são de primeiríssima qualidade, de funcionamento perfeito.

Acredito que em 1985 o PNA alcançará facilmente os 10 bilhões calculados pelo governo federal, porque há uma cooperação total tanto na parte sul como na parte norte do país. Para Santo Anastácio, o álcool representa algo muito importante: um novo meio, um novo sistema para ajudar as empresas, ajudar o Brasil; resolver o problema energético.



DESTILARIAS ZANINI

CONHEÇO O RAMO

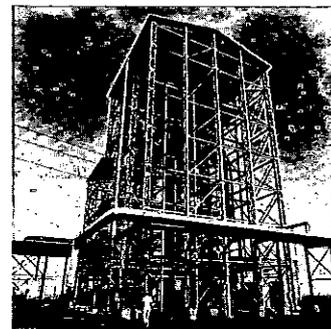
Helio Colombo
Diretor Comercial de Colombo S/A
Industrial Comercial e Agro Pecuária.
Telefones (0175) 76.1122 e 76.1134



Conhecedor do ramo em que estou há tantos anos, optei por Zanini convicto de que é certo.

O Brasil no campo energético, é um país privilegiado, pois num futuro muito próximo seremos donos do mercado internacional do açúcar; dentro de uma década estaremos com o nosso combustível renovável para consumo próprio e talvez até para exportação; tudo dependendo de uma política bem dirigida.

É no campo energético que o Brasil terá uma saída gloriosa; estamos a caminho com passos largos, atravessando a tempestade, porém a bonança está à vista.



DESTILARIAS ZANINI

CLIENTES DESDE 1971

José Carlos Maranhão
Diretor da Usina Central Santo Antonio
Telefones (082) 223.3442, 221.6878 e
223.4666

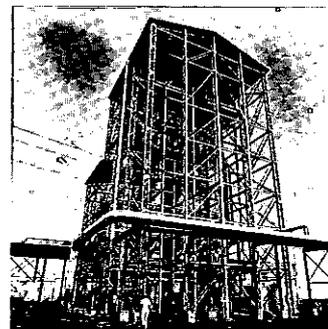


Nós somos clientes da Zanini desde 1971, quando a mesma era praticamente desconhecida em Alagoas. De lá até hoje, não tivemos nenhum motivo para nos arrepender dessa opção. Conhecemos Zanini na época em que não havia Proalcool, quando fizemos a primeira grande reforma na Usina Santo Antonio. São projetos modernos e permitem uma operação eficiente na fábrica. Dou Graças a Deus e não nos arrependemos.

A Usina Santo Antonio foi a primeira empresa alagoana a operar uma destilaria financiada pelo Proálcool. Nós realmente acreditamos: já em 1976 o álcool se convertia numa solução para o problema energético brasileiro.

O Alcool é o que o Brasil tem de mais imediato, mais lógico e mais barato; por essa razão, acredito que o PNA a cada dia mais se afirma como um programa da maior importância estratégica para a economia brasileira.

Os produtores de álcool do Brasil, convencidos da importância do programa vem, inclusive, constituir uma Associação Nacional dos Produtores de Alcool, que tem por finalidade promover o álcool à nível nacional, representar os produtores junto às entidades governamentais e responsáveis pelas decisões, conscientizar o país e o governo de que realmente através do álcool podemos reduzir bastante as nossas agruras.



DESTILARIAS ZANINI

zanini s/a equipamentos pesados

ZANINI NO PROALCOOL

PROJETOS DE NOSSA RESPONSABILIDADE

ALCÍDIA Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Construção	Theodoro Sampaio - SP 360.000 l/dia Chave-na-mão
GUARICANGA Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Construção	Presidente Alves - SP 60/120.000 l/dia Chave-na-mão
FAZENDAS UNIDAS Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Construção	Itacoatiara - AM 120.000 l/dia Chave-na-mão
CENTRAL BARREIROS Expansão da Anexa	Localização Capacidade Equipamentos	Barreiros - PE 150.000 l/dia Moenda/Caldeira
SANTANA Expansão da Anexa	Localização Capacidade Equipamentos	Porto Calvo - AL 180.000 l/dia Moenda/Caldeira etc...
DAMISA Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Stº Antonio da Platina-PR 120.000 l/dia Moenda/Caldeira/Preparo do Caldo/Turbinas, etc..
R.S. Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Construção	Sidrolândia - MS 90.000 l/dia Chave-na-mão
M.B. Destilaria Autônoma	Localização Capacidade . inicial . expansão Construção	Morro Agudo - SP 120.000 l/dia 240.000 l/dia Chave-na-mão
SINOP Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Chapada dos Guimarães-MT 150.000 l/dia Central Termo Elétrica
UNIÃO DO NORDESTE Destilaria Anexa	Localização Capacidade Equipamentos	Coruripe - AL 120.000 l/dia Moenda

zanini s/a equipamentos pesados

UNIVALEM
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Construção

Valparaíso - SP
120/240.000 l/dia
Chave-na-mão

AGROSSERRA
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Construção

Ibiapina - CE
120.000 l/dia
Chave-na-mão

AGRO INDL.VALE DO CURU
Destilaria Anexa

Localização
Capacidade
Equipamentos

Fortaleza - CE
120.000 l/dia
Moenda/Caldeira/Preparo
do Caldo/Turbinas, etc.

SÃO JOÃO (COSTA PINTO)
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Construção

Aldeias Altas - MA
120.000 l/dia
Chave-na-mão

ARACOIABA
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Construção

Aracoiaba - CE
120.000 l/dia
Chave-na-mão

DEMOL
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Construção

Orindiúva - SP
120.000 l/dia
Chave-na-mão

DEBRASA
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Construção

Brasilândia - MS
240.000 l/dia
Chave-na-mão

NOVA ANDRADINA
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Construção

Nova Andradina - MS
240.000 l/dia
Chave-na-mão

ÁGUA LIMPA
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Construção

Monte Aprazível - SP
90.000 l/dia
Chave-na-mão

OUTEIRO
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Construção

Canguaretama - RN
120.000 l/dia
Chave-na-mão

SANTA LAURA
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Equipamentos

Ibaiti - PR
120.000 l/dia
Moenda / Caldeira / Ponte
Rolante / Turbinas, etc..

BANDEIRA AGRO INDL.
Destilaria Autônoma

Localização
Capacidade
Equipamentos

Tupã - SP
60.000 l/dia
Moenda/Caldeira/Turbinas

zanini s/a equipamentos pesados

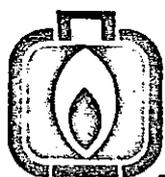
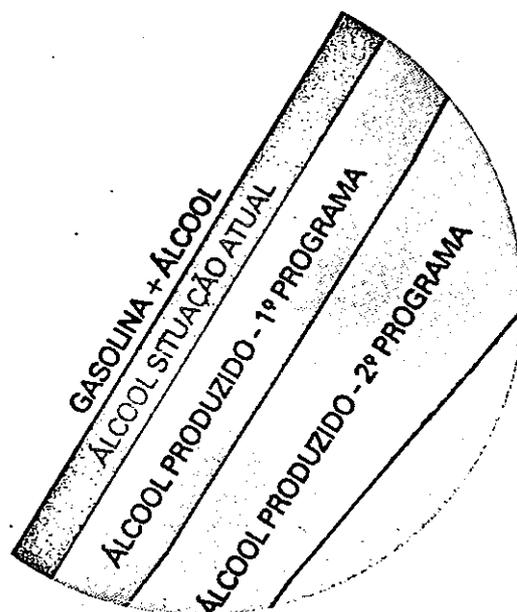
GRANDE VALE Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Neópolis-SE 90.000 l/dia Moenda/Caldeira/Ponte Rolante/Turbinas, etc.
USINA SANTA ELISA Destilaria Anexa	Localização Capacidade Construção	Sertãozinho-SP 300.000 l/dia Chave-na-mão
VALE DO ROSÁRIO Destilaria Anexa	Localização Capacidade Construção	Morro Agudo-SP 340.000 l/dia Chave-na-mão
IRMÃOS BIAGI AÇ/ÁLCOOL Destilaria Anexa	Localização Capacidade Equipamentos	Serrana-SP 460.000 l/dia Moenda/Caldeira/Turbinas
FUNDAÇÃO SINHA JUNQUEIRA Destilaria Anexa	Localização Capacidade Construção	Igarapava-SP 300.000 l/dia Chave-na-mão
DESTILARIA ANDRADE Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Pitangueiras-SP 90.000 l/dia Moenda/Turbinas, etc.
COLOMBO Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Ariranha-SP 240.000 l/dia Moenda/Caldeira/Turbinas/ Preparo do Caldo, etc..
VALE DO PANEMA Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Leópolis-PR 240.000 l/dia Moenda/Caldeira
GALO BRAVO (BALBO) Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Ribeirão Preto-SP 180.000 l/dia Caldeira/Preparo do Caldo
VALE DO ANASTÁCIO - DALVA Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Santo Anastácio-SP 120.000 l/dia Moenda/Preparo do Caldo/ Caldeira/Turbinas, etc..
PENEDO Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Penedo - AL 270.000 l/dia Moenda/Caldeira
COLORADO (A.O.R.MENDONÇA) Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Guaira-SP 300.000 l/dia Moendas/Turbinas, etc..

zanini s/a equipamentos pesados

MARITUBA Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Penedo-AL 180.000 l/dia Moenda/Caldeira/Preparo do Caldo, etc..
JARDEST Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Jardinópolis-SP 120.000 l/dia Moenda/Caldeira/Turbinas/ Preparo do Caldo, etc..
L A S A Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Linhares-ES 120.000 l/dia Moenda/Pontes Rolantes/ Turbinas, etc..
PINDORAMA Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Coruripe-AL 120.000 l/dia Moenda/Caldeira/Turbinas
LAGO AZUL Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Construção	Ipameri-GO 120.000 l/dia Chave-na-mão
PIONEIROS Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Construção	Sud Menucci-SP 90.000 l/dia Chave-na-mão
IBAITI Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Ibaiti-PR 90.000 l/dia Moenda/Turbinas, etc..
PIE S.A Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Construção	Itapuranga-GO 150.000 l/dia Moenda/Caldeira/Turbinas Preparo do Caldo, etc..
US.STA.BÁRBARA Destilaria Anexa	Localização Capacidade Equipamentos	Sta. Bárbara D'Oeste-SP 150.000 l/dia Moenda/Caldeira etc..
PAU D'ALHO Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Assis - SP 240.000 l/dia Caldeira/Moenda/Turbina/ Preparo do Caldo, etc..
DACALDA Destilaria Autônoma	Localização Capacidade Equipamentos	Jacarezinho-PR 90.000 l/dia Caldeira

...4

Fotossíntese como fonte energética.



associGÁS

Dados pesquisados:

Usina da Barra - Jaú - SP

Usina Costa Pinto - Piracicaba - SP

Usina Santa Bárbara - Stª Bárbara D'Oeste - SP

Usina Maracaí - Assis - SP

Usina Nova América - Assis - SP

Usina Stª Elisa - Sertãozinho - SP

Usina Vale do Rosário - Morro Agudo - SP

Zanini Equipamentos Pesados S.A.



“Nas usinas, o álcool passará a ser um subproduto do bagaço”

por Paulo Ludmer
de São Paulo

A curto prazo, o álcool produzido nas destilarias de cana-de-açúcar no Brasil não passará de um subproduto. O produto mais nobre será o bagaço. E a tese de Luiz Lacerda Biaggi, do grupo Zanini S.A. Equipamentos Pesados, apresentada sexta-feira a este jornal. Para ele, “o bagaço briquetado, enfardado, adequado, terá na substituição do óleo combustível sua destinação mais nobre”.

Biaggi justifica sua assertiva: “O País dispõe de energia elétrica de fonte hídrica em nível suficiente para suas necessidades, ou seja, a geração de termoelectricidade acionada por centrais de queima de bagaço, na maioria das regiões canavieiras, fica em segundo plano”.

Segundo seu raciocínio, “nunca houve uma preocupação nas usinas — até um passado recente — com o seu balanço térmico. Hoje a preocupação é total. Procura-se agora otimizar a queima do bagaço na produção de álcool, porque quanto mais bagaço excedente produzir, melhor negócio faz o empresário. Está-se numa trajetória na qual o bagaço valerá mais do que o álcool”.

TECNOLOGIA

A Zanini, a seu ver, não teme, mas associa, o progresso tecnológico deste mercado, diz Biaggi. O que lhe parece a perspectiva da adoção no Brasil do processo de fermentação contínua do caldo, patenteado pela Hoescht? Quanto mais rápido o usineiro testar os novos conhecimentos, verificando sua eficácia, melhor, responde Luiz Lacerda Biaggi. A Zanini oferece tanto dornas tradicionais como para processo contínuo. O que lhe parece a agressiva entrada de difusores no mercado brasileiro, todos com engenharia básica importada?



Luiz Lacerda Biaggi

Ele põe sobre a mesa um difusor marca Zanini, horizontal, ortodoxo, tecnologia própria e afirma: “O mercado sabe escolher, o empresário procura o que é melhor, vale dizer, aquilo que dá mais resultado”.

Biaggi, primeiramente, lembra que a difusão para extração de caldo era usada no Egito antigo e não constitui novidade. “Não há fantasmas, nem lutas entre ternos de moenda e difusores”, raciociona. E complementa: “Sobretudo, o difusor não dispensa a moenda de secagem, quer dizer, a moenda sempre terá o seu lugar”. Principalmente, “a Zanini pretende esclarecer que não luta contra o difusor, como alguns concorrentes querem fazer parecer”, explica.

Finalmente, acerca das queixas crescentes de corrosão dos aços nas usinas em operação, que levaram a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio a criar um grupo de estudos do problema, Luiz Lacerda Biaggi pondera que, “os fabricantes de equipamentos fazem a manutenção e reparam os metais afetados e jamais qualquer destilaria foi prejudicada. No entanto, as siderúrgicas é que deveriam ser responsabilizadas”.

Alcool

O bagaço da cana-de-açúcar será o produto mais nobre das usinas e o álcool tornar-se-á um subproduto. É a tese de Luiz Lacerda Biaggi, diretor da Zanini S.A. Equipamentos Pesados. (Página 8)



“Resolução do BC afetar Proálcool”

O Banco Central, com apenas uma resolução, está inviabilizando o Proálcool: para a abertura de novas áreas de plantio de cana a Resolução 547 estabelece um limite de financiamento de 75% para investimentos agrícolas, com taxas de juros de até 30% ao ano, excluindo uma grande parcela de pequenos e médios agricultores. A advertência é de Luiz Lacerda Biagi, vice-presidente da Zanini S.A. Equipamentos Pesados, para quem “sem um aumento das áreas cultivadas de cana-de-açúcar, dificilmente se alcançará a meta de 10,7 bilhões de litros de álcool em 1985, como pretende o governo”.

De acordo com dados da Zanini, a produção nacional de álcool evoluiu de 500 milhões para 3,8 bilhões de litros (de 1975 até 1979 — considerando-se a safra atual). Esta evolução, entretanto — salienta Biagi — deve-se ao redirecionamento das usinas existentes para a produção de álcool, por causa dos baixos preços do açúcar no mercado internacional. Para provar, Luiz Biagi explica que as destilarias autônomas de álcool representam apenas 5% do total do álcool produzido no País: os 95% restantes são produzidos pelas usinas de açúcar.

A capacidade instalada das destilarias brasileiras é hoje da ordem de 5,2 bilhões de litros — isto é, há uma capacidade ociosa que é causada principalmente pelas limitações ao crédito para investimento: da maneira como o Banco Central quer, pequenos e médios agricultores estarão impossibilitados de se engajar no programa.

Por outro lado, — prossegue o vice-presidente da Zanini — as usinas de açúcar instaladas estão limitadas (através da resolução M-10 do Conselho de Desenvolvimento Econômico) a destinar apenas 30% da moagem à produção do álcool direto. Biagi explica que mesmo que uma usina de açúcar tenha a intenção de aumentar sua produção de álcool (ampliando em consequência sua área de plantio) encontrará obstáculos. Isto porque a produção de açúcar é prefixada pelo governo e,

como a produção do álcool está condicionada à produção de açúcar, mesmo que exista a intenção de aumentar a produção e a área cultivada, o CDE não financiaria investimentos para isto.

“Para alcançar suas metas, o governo brasileiro precisa imediatamente alterar o critério para os financiamentos destinados a novos investimentos agrícolas (100% de financiamento e 15% de juros ao ano) — propõe Luiz Biagi. Além disso o industrial sugere ao governo a liberação das usinas de açúcar da Resolução M-10 do CDE, “para que elas possam produzir mais álcool, mantendo sua produção de açúcar”.

“LOBBY DA CANA”

Biagi não faz alusão direta às afirmações contrárias às manifestações dos fabricantes de equipamentos para destilarias em favor do álcool, para o qual, segundo ele, “não é necessário lobby” algum, porque é indiscutivelmente a única alternativa brasileira para o petróleo a curto prazo”. Favorável às demais fontes alternativas (como o metanol da madeira, mandioca, sorgo) Luiz Biagi reclama apenas “da distinção entre implementação de um programa prioritário e a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico de outras alternativas”.

Apesar das acusações, Biagi afirma que ao contrário do que tem insinuado não serão só os fabricantes de equipamentos que serão beneficiados com o programa do álcool: as empresas de construção civil representam 20% de uma usina; as empresas de equipamentos elétricos, 15%; as empresas de tratamento de fluentes, 7%, e os 58% restantes para as empresas fornecedoras de partes — das quais os fabricantes são uma pequena parcela.

Biagi disse também que a Zanini não pretende insistir na venda de destilarias pelo sistema “turn key” (chave na mão), “a menos que o cliente prefira comprar a usina completa”. Isto porque ao vender toda a destilaria a Zanini está vendendo o seu produto “e também o dos outros”.

Depoimentos de
LUIZ LACERDA BIAGI



Plantio lento prejudica programa

SÃO PAULO (O GLOBO) — Por força da Resolução 547, do Banco Central, a agricultura canavieira está se expandindo em ritmo bem mais lento que o da implantação da indústria do álcool. Esse fato deverá comprometer seriamente o Proálcool, cuja meta é de 10,7 bilhões de litros em 1985, pois hoje a capacidade instalada das indústrias já chegou a 5,2 bilhões de litros/ano, muito embora, por falta de cana, só estejam produzindo 3,8 bilhões.

O alerta foi feito ontem, em entrevista coletiva, pelo vice-presidente da Zanini S.A. Equipamentos Pesados, Luiz Lacerda Biagi. Além da sua preocupação em relação a pequena expansão da área plantada, ele insistiu no fato de que o Proálcool não irá beneficiar, na área industrial, apenas as produtoras de destilarias, como a Dediní e a própria Zanini, mas um mínimo de 235 empresas nacionais e estrangeiras instaladas no País.

A relação dessas empresas cuidadosamente elaboradas por Biagi, inclui desde estatais como a Cosipa, Usiminas, CSN e Acesita até multinacionais como a Volkswagen, Mercedes, Case, Massey Ferguson, Siemens, Toshiba e Brown Boveri. Sem falar de centenas de outras, que fornecem matérias-primas ou serviços em projetos do setor.

SITUAÇÃO ATUAL

Ele lembrou que "o aumento de produção de álcool está baseada na abertura

de novas áreas agrícolas e num modesto aumento de produção das atuais usinas de açúcar. Mas, no entanto, para que novas áreas possam ser abertas com plantio de cana-de-açúcar a nova regulamentação do Proálcool, através da Resolução 547, do Banco Central, inviabiliza o programa.

Essa resolução, explicou, estabelece que o limite máximo de financiamento para investimentos agrícolas é de 75 por cento, com taxas de juros de até 30 por cento ao ano.

Isto significa que não existe nenhuma possibilidade de pequenos e médios agricultores se engajarem no programa.

Além disso, continuou Luiz Lacerda Biagi, "as atuais usinas de açúcar estão limitadas através da Resolução M-10, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, na produção de álcool (financiamentos para novos investimentos) em 30 por cento sobre o total da moagem para o álcool direto. Esse modo, para uma moagem de, por exemplo, 10 mil toneladas de cana/dia, o produtor só pode fabricar três mil toneladas de álcool. As restantes sete mil toneladas ficam reservadas exclusivamente para a produção de açúcar.

A sugestão dele é que o Governo libere as usinas desse critério, para que possam "investir em novos projetos com apoio dos financiamentos oficiais". Propõe também o estabelecimento de mecanismos mais atrativos para a implanta-

ção de destilarias autônomas e que haja financiamento de cem por cento para os novos investimentos agrícolas do setor, com juros de 15 por cento ao ano.

Luiz Biagi considera também que a implementação do Proálcool deve ser "separada" das pesquisas e desenvolvimento tecnológico de outros alternativos, como o etanol de madeira e mandioca, sorgo sacarino e metanol. Estes, segundo ele, "se encontram em fase de pesquisa e serão implementados apenas se for comprovada a sua viabilidade econômica".

Neste caso, o vice-presidente da Zanini condena algumas das pesquisas que vêm sendo feitas com esses produtos, em particular as que insistem na busca de tecnologias estrangeiras.

— Devemos — disse — concentrar esforços para manter o programa em mãos nacionais, pois só assim, no futuro, poderemos ser realmente independentes no setor. No máximo, o Governo deveria permitir a formação de joint-ventures.

Hoje, segundo Biagi, cerca de 95 por cento da produção brasileira de álcool é feita para usinas de açúcar, o que significa que as destilarias autônomas participam com apenas cinco por cento do total. Ainda assim, ele não vê perigo de os produtores voltarem-se exclusivamente à produção de açúcar, mesmo com a tendência altista que a partir deste ano beneficiará o produto. Mas, por precaução, as autônomas deveriam ser mais incentivadas.

DEPONENTOS DE LUIZ LACERDA BIAGI



Biagi sugere medidas para elevar produção de álcool

O estabelecimento de preços rentáveis para o álcool; a suspensão das exportações de açúcar; o estabelecimento de uma legislação reservando à iniciativa privada a produção de álcool; a alocação de recursos necessários e a redução das exigências burocráticas para a liberação de financiamentos são, em síntese, as medidas que o governo precisa adotar imediatamente para estimular a produção de álcool e implementar sua política de substituição aos derivados do petróleo. Esta é a opinião do presidente da Zanini, Luiz Biagi, para quem "sem estas providências, dificilmente se obterá do plano do álcool os resultados esperados".

Biagi estima que serão necessários US\$ 13 bilhões para investimentos no programa do álcool até 1990. "A produção, com estes recursos, será suficiente para reduzir em 50% as importações de petróleo — o que resultaria numa economia de US\$ 27 bilhões." Apesar destes investimentos

que deverá ser aplicado pelo governo, o presidente da Zanini acredita que "o Brasil não escapará do racionamento: o governo estabelecerá um teto máximo de recursos para as importações e o que for possível comprar com esse dinheiro é que abastecerá a nação".

O anteprojeto de lei estabelecendo que a produção de álcool deverá ficar restrita à iniciativa privada deverá ser encaminhado ao Congresso até o final deste mês, segundo Biagi. A quebra da paridade do açúcar e do álcool — com o estabelecimento de preços rentáveis — "é ainda uma decisão que precisa ser tomada pelo governo.

"Será necessária uma grande coragem, entretanto, para se restringir a produção nacional de açúcar às necessidades do mercado interno. Atualmente o Brasil está bancando as exportações aos Estados Unidos para sustentar sua cota preferencial naquele mercado. E isto está custando

US\$ 250 milhões. Não é difícil perceber que o álcool, em futuro próximo, inviabilizará as exportações do açúcar, razão pela qual não convém deixar para depois esta decisão que hoje já se justifica" — afirmou Luiz Biagi.

Depois de tomar estas medidas, só restará ao governo estabelecer suas metas de produção e alocar os recursos necessários, segundo Biagi. Para ele, o governo precisa também reduzir o volume de exigências e garantias requisitadas atualmente pelos bancos para a concessão de financiamentos aos produtores e industriais interessados em implantar destilarias: "Só pode dar garantia quem as tem. E o agricultor — peça indispensável no programa do álcool — não tem necessariamente nenhuma garantia a dar", prosseguiu.

Para Biagi, as exigências feitas pela rede bancária são incoerentes com a política do plano do álcool relativa à distribuição de renda.



“Crise é bode expiatório do modelo”

A questão energética brasileira não é tão grave como se afirma. O grande problema é que ela está sendo transformada no bode expiatório dos erros cometidos por um modelo econômico falho e pouco adequado, afirmou ontem Luís Lacerda Blagi, vice-presidente da Zanini S.A. Equipamentos Pesados.

Em sua opinião, é evidente que os problemas econômicos do País foram agravados pelo aumento nos preços do petróleo, mas mesmo que não houvesse essa condicionante, a dívida externa brasileira seria pouco inferior à atual.

“Deve-se questionar não o problema energético, mas todo o modelo econômico brasileiro, guiado por um dirigismo estatal que acabou criando essa inércia. Hoje, somos uma economia de Estado fantasiada de economia de mercado, atribuindo todos os males às empresas multinacionais. Ora, é muito fácil conhecer os planos de ação das multinacionais, na medida em que elas devem satisfação a seus acionistas. O difícil é saber o que pretende o governo brasileiro”, afirma Blagi.

“DÚVIDA INTERNA”

Citando Roberto Campos, ele observa que o maior problema do País não é a dívida externa, mas a “dúvida interna”, da qual se aproveitam as empresas multinacionais. “E isso está dentro das regras do jogo, sendo, portanto perfeitamente válido. Se a bola está dando sopa no meio de campo, é natural que elas tirem

partido da situação e chutem a gol. Não podemos culpá-las por nossa indecisão”, argumenta Blagi.

A seu ver, a falta de planejamento e determinação do governo para criar uma política econômica é responsável pela crise que afeta todo o setor da indústria de bens de capital, que vive atualmente a fase do “salve-se quem puder”, em razão do cancelamento de grande parte dos programas previstos pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento.

“Agora, vem o governo e diz que não vai mais ajudar a empresa privada, que acabou o paternalismo, quando, na verdade, o que lhe falta é dinheiro para isso. Não acho justo que se tire a escada quando estamos em baixa. Eu queria mesmo era vê-lo retirar o apoio à empresa privada quando ela está em alta e o governo usufrui do confisco de seus lucros”, observa o vice-presidente da Zanini.

HORA DE DEFINIÇÃO

Para ele, está na hora de o governo se decidir por uma economia de Estado ou de mercado, criando uma política industrial séria e estabelecendo claramente as regras do jogo, para acabar com as distorções econômicas vividas pelo País, que, em sua opinião, acabam gerando o favoritismo e os “lobbies”. “Enfim, deve-se definir nossas verdadeiras vocações econômicas e tecnológicas”, afirma Blagi. “E depois, protegê-

las com incentivo à tecnologia nacional, sem esquecer-se do protecionismo alfandegário”.

Na ausência de definições, “estamos pagando pelas pretensões inviáveis de um modelo econômico dissociado da realidade brasileira”, observa. Isso demonstra, a seu ver, “uma incrível falta de seriedade, que é a doença dos países latino-americanos e o grande obstáculo ao seu desenvolvimento”.

De acordo com Blagi, a recessão econômica é mundial e, portanto, nem mesmo o cancelamento do corte de óleo combustível para as indústrias fará com que elas voltem a investir em bens de capital. Por isso, recomenda às indústrias de base nacionais que canalizem sua produção de equipamentos para o setor energético, como fez a Zanini.

Para Blagi, a Zanini conseguiu escapar da crise enfrentada pelo setor de bens de capital por um motivo simples: não investiu, como fizeram as demais empresas do ramo, para atender aos “programas fantasmas” do II PND, e optou por investimentos aos quais está tradicionalmente ligada: o açúcar e o álcool. E ele confessa que sofreu duras críticas por isso. “Mas, hoje, ao contrário das outras indústrias do setor, a Zanini tem um nível de encomendas que lhe permite sobreviver, graças ao Programa Nacional do Alcool (Proalcool)”, afirma.

Zanini



Assunto: Di

Via Única

Data

GAZETA MERCANTIL — Sexta-feira, 6 de julho de 1983

A necessidade cada vez maior de coordenação

“O Brasil tem todos os requisitos para ser, a curto prazo, um grande produtor de energia da biomassa. Isto só será possível quando todos os órgãos planejadores e executores da política energética estiverem perfeitamente coordenados, de forma a que os interesses de cada um deles não se sobreponham aos elevados interesses da economia nacional”, afirmou ontem em São Paulo o engenheiro Fernando Tompsom Motta, vice-presidente da Bardella.

Segundo Motta — um dos debatedores do “Fórum Abinee” —, o subsídio dado aos óleos combustível e diesel eleva-se a US\$ 1,3 bilhão anuais, o suficiente para que, em seis anos, o Brasil construa 12 mil megawatts hidrelétricos, capazes de substituir 50% do consumo de óleo combustível previsto para 1983.

Entretanto, até o momento, o governo não despertou para essas alternativas energéticas e as disparidades entre os preços dos vários derivados têm incentivado o consumo irresponsável, segundo Motta. Dessa forma, ele vê com simpatia a formação da Comissão Nacional de Energia, anunciada ontem pelo presidente João Figueiredo, um órgão capaz de orquestrar a perfeita integração entre as fontes convencionais e não-convencionais de energia, numa política coerente de preços e investimentos.

Já o economista Luiz Biagi, vice-presidente da Zanini Equipamentos Pesados S.A., também atacou o sistema de preços da energia no Brasil, reivindicando a equiparação do preço do álcool ao da gasolina e a criação de uma alínea na composição do preço desta ao consumidor, de Cr\$ 2,00 por litro. Com isso, segundo Biagi, seria possível alocar US\$ 15 bilhões até 1990, que aplicados em destilarias resultaria na produção anual de 25 bilhões de litros. O vice-presidente da Zanini afirma que, com todo esse álcool, o Brasil economizaria 50% do petróleo que importará nos próximos 11 anos, ou US\$ 30 bilhões, segundo suas projeções.

Ainda que essa produção pudesse ser alcançada, segundo Biagi, qualquer economia dependeria da disposição da indústria automobilística, que ainda se mantém cautelosa em relação aos motores a álcool. E não será fácil convencê-la, no curto prazo, a seguir a receita do fabricante de usinas, que quer a imediata produção de 500 mil carros/ano a álcool hidratado. Segundo os mesmos cálculos, já em 1981, o Brasil precisa ter em circulação 1,8 milhão de carros movidos exclusivamente a álcool.

O professor Eduardo Sabino de Oliveira — consultor da Companhia Energética de São Paulo — calculou que apenas 1% do território nacional plantado com cana daria para substituir toda a gasolina consumida pela frota brasileira; outro 1% de território poderia ser plantado com eucalipto, para a produção de metanol, substituto tido como “ideal” do óleo combustível e, finalmente, cultivando-se igual parcela de terreno com oleaginosas, seria possível eliminar o consumo de óleo diesel.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Compra de petróleo: só a ponta do iceberg

Em 1981, o País pode não ter como cobrir o déficit

DE que formas a última decisão da Opep — de elevar os preços do petróleo numa faixa variável de US\$ 18 a US\$ 23,50 — vai afetar a economia brasileira?

Os jornais, de um modo geral, abordaram a questão do ponto de vista exclusivo da conta-petróleo, o que constitui apenas a menor parcela do gigantesco problema que, mais uma vez, desaba sobre o mundo consumidor de óleo cru. Eles mostraram que o preço médio a ser pago pela Petrobrás, pelo óleo que vai importar no segundo semestre, será da ordem de US\$ 22,20 CIF, o que resultaria numa despesa total de US\$ 4 bilhões. Se adicionarmos a essa quantia o que o País já pagou pelo petróleo importado durante o primeiro semestre, vamos encontrar um gasto de US\$ 7,1 bilhões para todo este ano.

Mas os jornais esqueceram de que em outubro próximo haverá uma nova reunião da Opep, justamente para decidir sobre o aumento de preços. Se isto acontecer, é claro que a conta-petróleo deste ano vai subir mais ainda. E se o aumento de preços de outubro apenas acompanhar, em termos médios, os últimos aumentos, então a importação de petróleo no Brasil vai custar, em 1979, a módica quantia de US\$ 9 bilhões.

Este é, porém, apenas um primeiro raciocínio, ou seja, simplesmente a menor ponta do iceberg. Isto porque se a conta-petróleo subir a US\$ 9 bilhões, o País

enfrentará um déficit de US\$ 4,5 bilhões em sua balança comercial, a qual ficará com exportações previstas em US\$ 14,5 bilhões e com importações orçadas em US\$ 19 bilhões.

Seguindo o raciocínio, todos sabemos que a balança comercial é apenas uma das contas do balanço de pagamentos, que já se encontra, por sua vez, deficitário em duas outras contas: os "juros", com US\$ 2,5 bilhões, e "outros serviços", com US\$ 3,5 bilhões. A soma desses déficits vai provocar um "rombo" global no balanço de pagamentos de... US\$ 10,5 bilhões. Nada mais assustador.

Para financiar esse "rombo", o Governo brasileiro tem três caminhos, os quais, na realidade, levam a uma conjugação. Ele pode contar com cerca de US\$ 1 bilhão que certamente chegarão ao Brasil este ano. Também possui reservas monetárias internacionais, contra as quais ele pode sacar. Hoje, o nível dessas reservas é de US\$ 11,7 bilhões. E, finalmente, pode aumentar o nível da dívida externa.

Mas, para cobrir os US\$ 10,5 bilhões será preciso acrescentar pelo menos mais US\$ 4 bilhões à dívida externa, subtraindo-se US\$ 5,5 bilhões às reservas, que cairão para apenas US\$ 6,2 bilhões. Depois disso, teremos de implorar aos deuses árabes para que, ao longo de 1980,

não haja aumentos de preços, pois, do contrário, teríamos as nossas reservas esgotadas naquela ano.

No ano seguinte, 1981, simplesmente não teríamos da onde tirar recursos para cobrir o déficit do balanço de pagamentos, e todos sabemos o que acontece com um País diante desse desastre.

Com o fantasma da insolvência rondando o País, não admira que, a cada dia, aumente o número de especialistas que sugerem ao Governo atribuir prioridade máxima aos problemas do balanço de pagamentos, tornando-os equivalentes à inflação, em termos de preocupação.

Uma coisa já deve ir ficando certa, no rol das expectativas da sociedade: se a política de minidesvalorizações já está acelerada, pode-se esperar uma aceleração maior ainda. Talvez até vertiginosa. Mas uma outra medida também se faz necessária: já que é mais difícil para a Iniciativa privada, o Governo que comece a pedir aos seus credores estrangeiros um remanejamento radical e irrestrito da sua dívida externa.

ITALO RAMOS

ZANINI

Brasálcool vem mesmo

Empresário diz que é preciso esforço geral para substituir petróleo

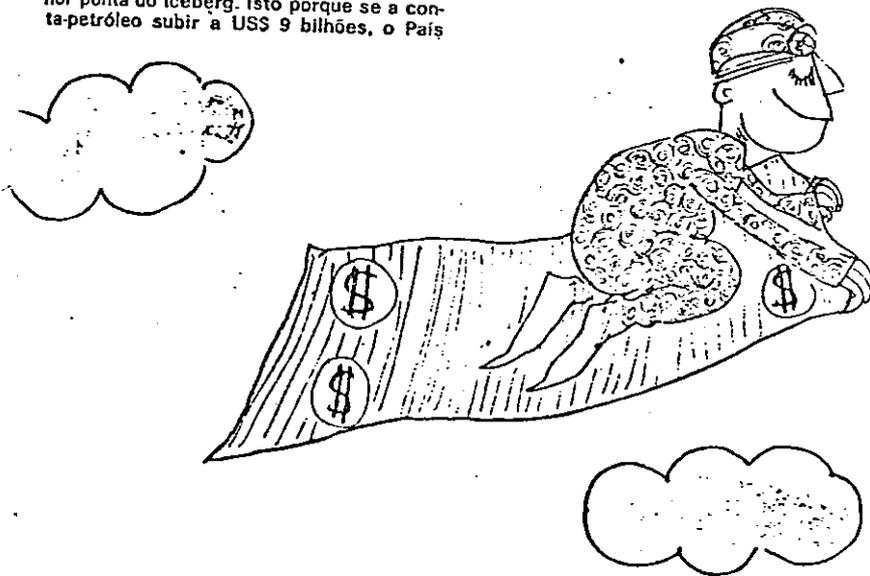
EMBORA reconhecendo que a burocracia tem grandes possibilidades de tornar o Proálcool em mais "uma boa idéia que não deu certo", o vice-presidente da Zanini S.A., Luiz Lacerda Biagi, anunciou quinta-feira, durante almoço promovido pela Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec), que em julho a Brasálcool (Empresa Brasileira de Alcool S.A.) deverá ser instalada, com o objetivo de contribuir para a substituição da gasolina, do diesel, e participar acionariamente, até o limite de 30% do capital, de projetos de produção de álcool, buscando sempre, antes, outros interessados nessa participação.

"A nossa alternativa para não entrar numa crise é o álcool, e se isso não for viabilizado haverá mesmo crise para todos, e não só para nós. Por isso nos engajamos. As dificuldades para viabilização do Programa Nacional do Alcool, hoje, são muito mais burocráticas do que técnicas. Existem atualmente, no Banco do Brasil, mais de 80 projetos aguardando liberação de recursos e muitos outros esperando simplesmente que a Comissão Nacional do Alcool se reúna. O Governo tem que enfrentar isso, senão o País pode ser paralisado."

Há ainda a indústria automobilística, que precisa urgentemente de fabricar

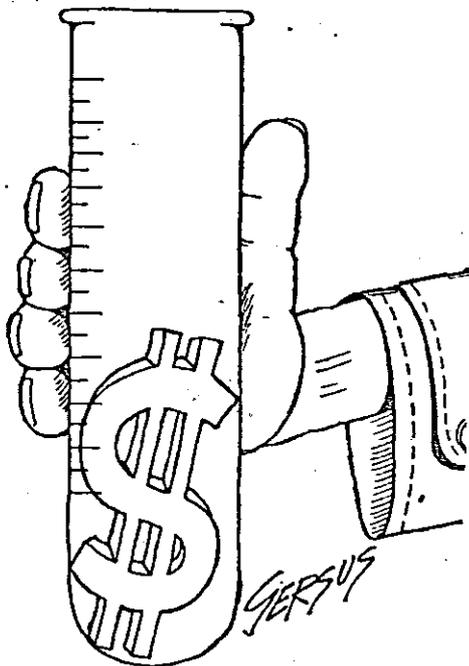
► Página 6

bolsa, 2/julho/1979



carros adequados ao novo combustível. Segundo Biagi, se o Proálcool tiver a execução prevista, no ano que vem serão necessários um milhão de carros movidos à álcool — o que dificilmente acontecerá. Com a mistura de 20%, só esse ano já haverá um excedente de 800 milhões de litros. E a iniciativa privada será básica para enfrentar tudo isso, porque se em 10 anos substituirmos a metade do petróleo que importamos só precisaremos investir US\$ 500 milhões e usar um espaço de 236 quilômetros de lado para a plantação de cana. O Governo tem poucas possibilidades de levar isso à frente.

Quanto à Zanini, de acordo com Biagi vai muito bem: ela assinou, no final da semana, um contrato em consórcio com a Sade Sul Americana Engenharia S.A..



para a construção e fornecimento de equipamentos para o Complexo Industrial e Portuário de Sepetiba, com índice de nacionalização de aproximadamente 92%, e pelo preço global de cerca de Cr\$ 1,9 bilhão. Além disso, a empresa, juntamente com a Bardella S/A, fornecerá duas turbinas para a Usina Hidrelétrica Tucuruí.

A empresa, ainda de acordo com Biagi, não pretende fazer novos investimentos nos próximos anos, pois, segundo programação estabelecida desde 1974, entrará agora em fase de consolidação. Ele está prevendo um faturamento, este ano, de Cr\$ 1,8 bilhão, contra Cr\$ 1,2 bilhão em 1978, ano em que seu lucro líquido, após imposto de Renda, foi de Cr\$ 74.984.575,00. Até dezembro, espera-se que o lucro bruto dezbegue a mais ou menos Cr\$ 120 milhões, sem considerar os reflexos positivos do contrato para o Porto de Sepetiba. J.G.

6

ECONOMIA

A correção monetária cai?

Pela primeira vez, Simonsen admite sua extinção em alguns setores

ATE A ÚLTIMA semana, nada se ouvia falar a respeito de reflexos da propalada abertura democrática na área econômica. Mas, na terça e quarta-feira, o ministro Mário Simonsen admitiu, pela primeira vez, abordar uma possível extinção da correção monetária para alguns setores.

Na terça-feira, ele falou em caráter muito pessoal, dizendo que a sua opinião particular, como técnico, é no sentido de que a correção poderia acabar, acompanhando a queda da inflação. No dia seguinte, ele confessou que o Governo já possuía algumas hipóteses de instrumentos alternativos para a correção. Na quinta-feira, ele desmentiu tudo, mas já havia lançado o veneno do debate, e os jornalistas, refletindo uma aspiração da sociedade, entrevistaram especialistas, dando seqüência à idéia do fim da correção.

Nada mais lógico e coerente que essas sementes fossem lançadas exatamente na semana em que o Presidente da República assinou a mensagem de anistia. Isto porque, se de um lado a anistia aos cassados pela revolução representa o restabelecimento — Inicial — da democracia, do ponto de vista político, o término da correção monetária seria, para a economia, o fim de uma política discriminatória, que tem privilegiado o imediatismo econômico, em termos tanto de poupança quanto de investimentos.

A verdade brasileira é que nenhum país do mundo jamais passou por tão forte e abrangente processo de indexação da economia. E é neste ponto que o Brasil inova, ou seja no exagero. E isto representa o uso da força para anular a livre concorrência entre os mercados. Mas, por mais forte que seja o artificialismo, ele sempre deixa uma ponta de fora. Uma prova disso é que, por mais proteção que tenham os títulos privilegiados com a correção, a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro continua demonstrando que é sadia, na medida em que vários títulos de segunda linha têm premiado os seus investidores com rentabilidade acima de 100%.

O fato é que, a começar pelas restrições ao ingresso de capitais estrangeiros, passando pela aceleração das minidesvalorizações, o que se tem assistido, no Brasil, é a desmontagem paulatina do chamado modelo econômico instaurado

nos primeiros anos da revolução. Chegou-se a uma época em que os ingressos de recursos externos — antes julgados imprescindíveis para os ganhos de escala no setor industrial — começaram a pressionar em excesso os meios de pagamento, prejudicando a luta contra a inflação, assim como o ritmo lento das desvalorizações do cruzado já não servia à necessidade de equilibrar o balanço de pagamentos. Dessa maneira, esses dois importantes suportes do modelo foram afastados pelo Governo. E por que não também a correção monetária?

A aragem de democracia que passou pelo ABC paulista trouxe, com ela, as aspirações da livre negociação entre patrões e empregados. Se isto for admitido, nada mais lógico do que o abandono da fórmula de política salarial, que representa a antidemocracia no setor sindical. Um sistema politicamente mais aberto não comporta o autoritarismo dos reajustes oficiais, como também não suporta o artifício de lucros obtidos pelo favor da indexação.

A abordagem feita pelo ministro representa uma evolução do pensamento econômico brasileiro. Até agora, somente se admitia o fim da correção com o fim da inflação. Mas o que se nota é que o processo de normalização democrática pode trazer novas acepções econômica, e já se sabe que a correção monetária pode acabar para alguns setores, mesmo antes de atingir a casa de apenas um dígito.

I.R.

ANDIMA

O mercado em discussão

César Manoel defende um mercado aberto amplo, segundo o modelo americano

AO COLOCAR-SE a favor de um mercado aberto amplo, capaz de viabilizar a distribuição eficiente de recursos para o sistema como um todo, o presidente da Andima, César Manoel de Souza, reafirmou aos associados do Instituto Brasileiro de Executivos — IBEF — sua postura conceitual afinada com o modelo norte-americano, em que o open-market é entendido como um conjunto de ativos não negociados no sistema tradicional, fechado.

Abordando o que considerou "distorções sobre a filosofia do mercado aberto e suas funções objetivas, César Manoel de Souza enfatizou que embora a autoridade tenha utilizado o open para

bolsa, 2/Julho/1979



PROÁLCOOL

É preciso investir no agricultor

por Mateus Kacowicz
do Rio

"O Proálcool é altamente concentrador de renda: se o governo faz um contrato de risco no exterior, podendo perder um monte de dinheiro se não achar petróleo, por que não faz um contrato de risco com o agricultor? Com ele não há risco nenhum: sabe-se de antemão se a terra dele é apropriada ou não para o cultivo da cana-de-açúcar, qual a produção que se poderá obter, tudo. No entanto, esse contrato de risco não se faz, porque se pedem a ele garantias que ele não pode oferecer."

A opinião é de Luiz Lacerda Biagi, vice-presidente da Zanini S.A. Equipamentos Pesados, que tira daí algumas conclusões: "Estão sendo canalizados os recursos públicos (do Proálcool) para uma classe já privilegiada na qual eu próprio me incluo.

Deve-se investir no agricultor, caso contrário, estaremos formando uma classe revolucionária".

Biagi falou ontem à imprensa depois da exposição que fez aos analistas da Abamec sobre as perspectivas de sua empresa. O tema principal foi, entretanto, a Empresa Brasileira de Alcool S.A. — Brasálcool. Segundo Biagi, há várias questões cercando o Proálcool, que vão desde uma indefinição do governo quanto à fixação de regras de jogo com relação ao que é privado no programa, até uma inércia das empresas automobilísticas, que não estão orientando sua produção para que, em 1985, quando houver uma oferta de sete bilhões de litros de álcool, haja um milhão de automóveis nas ruas.

AMEACAS

As restrições que têm surgido com relação a Brasál-

cool, tanto nas áreas técnicas como políticas, são resumidas por Biagi, que, em vez de restrições, as classifica como "ameaças" ao projeto da Zanini-Dedini: "Diz-se que a Brasálcool é o caminho que propiciará à Petrobrás o monopólio do álcool; diz-se também que é a porta de entrada para as empresas multinacionais; diz-se também que a Brasálcool é uma forma de a Zanini e Dedini venderem equipamentos".

Seus argumentos com relação a cada uma dessas acusações, ou "ameaças", são, de alguma forma, uma reivindicação da fixação das regras do jogo do álcool. "A Petrobrás", diz ele, "quer o monopólio da distribuição de álcool, mas eu acho que quanto mais gente no mercado, melhor." Essa questão é também, segundo ele, importante para o produtor, que quer saber o que é monopólio e o que é privado nesta área, pa-



Luiz Biagi

ra poder investir maciçamente. "De qualquer forma", continua Biagi, "a Petrobrás tem 50 mil funcionários, todos brasileiros, e já conseguiu um grande know-how na indústria petroquímica e agora pode redimir-se, com o álcool, de não ter achado petróleo."

Com relação à possibilidade de a Brasálcool vir a se tornar a porta de entrada de multinacionais, Biagi diz que, de um lado, as multinacionais dos automóveis não estão interessadas na produção de álcool, mas em continuar fazendo automóveis; no máximo elas poderiam contribuir para a produção de álcool de modo a viabilizar a sua atividade principal. De outra parte, as multinacionais da distribuição se satisfariam com uma pequena parcela do bolo: "O interesse das distribuidoras é acordar com a Petrobrás um lugarzinho para distribuir álcool — a Petrobrás repassando a elas —, embora, numa primeira posição, elas pretendam ter acesso direto ao álcool nas destilarias. O que eu desejaria é que qualquer empresa pudesse distribuir o álcool: se a Coopersucar vende dois e meio bilhões de litros de álcool às donas-de-casa, ela poderia vender também em postos".

A última "ameaça" Biagi repele como sendo "intrigas da oposição": "A acusação de que a Zanini e a Dedini pretendem se transformar num oligopólio e venda de equipamentos é feita pelas multinacionais interessadas em exportar esses equipamentos para o Brasil".

Equipamentos: demanda atendida

"Quando se fala em açúcar e álcool logo se pensa em canaviais, grandes engenhos e na história brasileira que está intrinsicamente ligada a esta produção — e tudo indicada que continuará — face às atuais decisões governamentais de substituição do petróleo por fontes renováveis. Os usineiros, pode-se assim dizer, passaram por "maus tempos", mas agora a aceleração da crise do petróleo lhes trouxe novas perspectivas que abrangem também os fabricantes de equipamentos".

Para Luiz Lacerda Biagi, vice-presidente da Zanini S.A. Equipamentos Pesados, o Programa Nacional do Alcool, cujo mérito de implantação se deve unicamente ao presidente Geisel (naquela época, 1975, muitos ministros estavam contra), poderia ter alcançado, mais rapidamente, resultados significativos através de medidas da iniciativa privada que visassem a otimização do programa. "Afinal, a política de qualquer pessoa inteligente é ser a favor do Proálcool".

"Após a implantação do programa e a criação da Comissão Nacional do Alcool, subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio, que tirou do IAA — Instituto do Açúcar e do Alcool — as funções administrativas sobre o álcool, tratou-se da criação de um sistema de apoio ao empresariado privado, objetivando-se incrementar a produção. Até aí tudo bem, explica Luiz Biagi. Realmente o Governo criou, apoiou e tem apoiado o empresário privado. Agora, a produção prevista para a próxima safra, de aproximadamente 4 bilhões de litros de álcool, superior ou equivalente aos 20% de consumo de gasolina do País, é mérito única e exclusivamente da classe empresarial privada. Em decorrência, não do apoio governamental e sim da baixa do açúcar no mercado internacional, excedente de cana e capacidade ociosa das usinas".

"Isto significa, explica Biagi, que as usinas sempre mantiveram uma capacidade ociosa na lavoura, em expectativa aos momentos de abertura. O preço do açúcar, sendo cíclico, e sua produção, conseqüentemente, limitada a cotas, forçava o usineiro a aumentar sua plantação de cana e construir uma destiladora de álcool. Esta era utilizada nas épocas de crise do açúcar e também como opção de investimento, a longo prazo, na espera da elevação do preço daquele produto — aí, a cana plantada "a mais", para a produção do álcool, era destinada ao açúcar".

"Foi esta a política tomada, especialmente pelos empresários paulistas, que possibilitou este salto na produção do álcool. Sabemos, continua Luiz Biagi, que o presidente Figueiredo bem como seus ministros e empresários estão convencidos de que o álcool poderá resolver o problema energético brasileiro. Mas continuar pensando que esta incrementação se deve a atitudes do Governo é um erro que poderá projetar um futuro inatingível".

"A indústria de equipamentos está totalmente equipada para atender qualquer tipo de demanda. Se não estivesse, não teríamos condições de desenvolver, tão rapidamente, sem nenhuma dependência externa". Isto acontece em decorrência de grandes in-



Luiz Lacerda Biagi

com uma dívida de US\$ 45 milhões, atribuída à crise do petróleo. Mas se somarmos as importações de petróleo a partir de 1973 com os acréscimos equivalentes, notaremos que o resultado é metade do aumento da dívida de 1973 até hoje. Significa que se 50% de nossa dívida externa é oriunda da importação de petróleo, pergunta-se, e o resto?"

Comissão energética

"Estamos, atualmente, com um programa energético totalmente individualizado, dispensando grandes recursos para resultados insignificantes. Propus, por ocasião de um simpósio, a criação do COPLEN — Comissão de Planejamento Energético —, que ficaria subordinado ao presidente. Seria constituída por representantes das principais entidades que lidam com fontes de energia. Desta forma estaríamos centralizando o planejamento e descentralizando a operação. Ocorre, continua Biagi, que há um desenvolvimento, nas indústrias, para as atividades meio, ultrapassando as suas atividades fim".

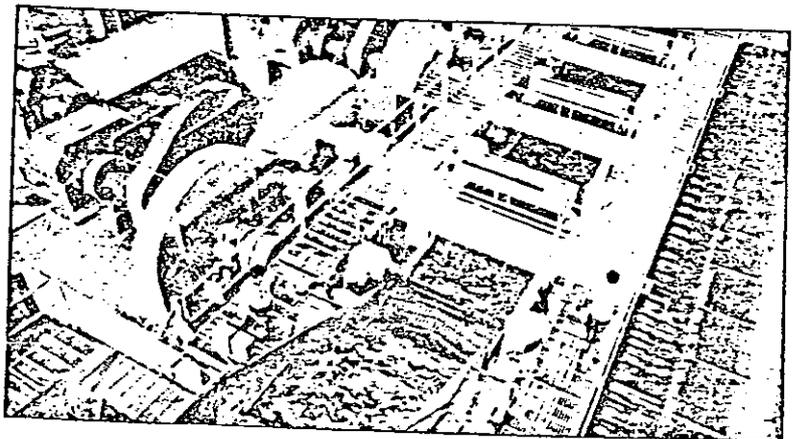
"Equipamentos é o índice que menos deveria preocupar o Governo: sua tecnologia é nacional, conseqüentemente não pagamos royalties e o principal: produzimos o álcool mais barato do mundo. Para colocar em operação uma usina de 120 mil litros custa, hoje em dia, Cr\$ 200 milhões. A Zanini e Dedini, juntas, constituem um parque fabril tal que mantém condições de produzir 150 destiladoras por ano, número acima da atual condição de implantação".

"Um problema que o Governo deve se preocupar, diz Biagi, sabemos que o homem do campo está sendo expurgado dentro do sistema. Se fosse incrementado um programa de mini-destiladoras (produção de 20 mil litros/dia) este agricultor poderia ser integrado na economia e estaríamos salvando o Brasil de um colapso social que fatalmente ocorrerá".

vestimentos efetuados, objetivando a exportação de 6 milhões/t de açúcar em 1980. As análises, para se chegar a este número, foram efetuadas por volta de 1971. Naquele tempo, o açúcar, no mercado internacional, passou de US\$ 200/t para US\$ 1.500/t. Agora estamos exportando por US\$ 200/t. Conseqüentemente, "a crise do petróleo caiu do céu para nós".

"Já, em 1974, fizemos um trabalho com empresários de São Paulo, "Fotossíntese como fonte energética", onde propusemos a elaboração de um programa nacional para o álcool com previsões até 1983. Entregamo-lo para o general Araken, que naquele tempo presidia o CNP. Esse foi um dos primeiros estudos para a implantação do Pro-álcool, ocorrida dois anos após o início da crise".

"A dívida externa brasileira, nesta época, era de US\$ 7 milhões. Atualmente, estamos



Biaggi defende tratamento de choque contra inflação

SÃO PAULO (O GLOBO) — O vice-presidente da Zanini Equipamentos Pesados S.A., Luis Biaggi, disse, ontem, em entrevista na sua empresa, que "o Governo deveria enfrentar com rigor os problemas que o País atravessa, adotar um tratamento de choque contra inflação e renegociar a dívida externa, a fim de evitar a expansão acelerada das taxas inflacionárias e complicações no plano internacional".

Luis Biaggi informou que a sua empresa está trabalhando com estimativas de inflação para 1979 da ordem de 60 por cento, porque não acredita na possibilidade de um recuo nas taxas se não forem adotadas medidas drásticas. Queixou-se também da falta de compras por parte do governo de máquinas e equipamentos, e de irregularidade no pagamento das faturas, frisando que nunca se pagou com tanto atraso e nunca as empresas tiveram tantos pedidos em carteiras que não se transformam em encomendas efetivas.

RECESSÃO

O empresário disse que acredita numa inflação de 60 por cento, porque ela já está em 40 por cento, e ainda está havendo um tratamento de choque e a alta do preço do petróleo já vai começar a influenciar os custos das empresas. Além disso, terão de ser feitas concessões na área trabalhista, ou seja, os aumentos salariais deverão ser maiores do que se prevê, em consequência da abertura política e da necessidade de remunerar mais justamente os trabalhadores.

Para Luis Biaggi, já está havendo uma recessão econômica no País, encoberta porém por medidas paliativas que o Governo vem adotando. Acrescentou que

essa recessão o preocupa porque ela deveria ser provocada intencionalmente e admitida pelo governo como um mecanismo para conter a inflação.

— Acho que o melhor para o País é se enfrentar essa parada de uma vez. Encarar os problemas com rigor. E preciso um tratamento de choque mesmo para deter a inflação. O problema é que podem continuar a existir privilégios para os setores, o que só atrapalha a aplicação deste tipo de tratamento. Esse é o meu medo.

Luis Biaggi falou também sobre a situação do setor de máquinas e equipamentos, observando que o governo Geisel foi realmente o que mais encomendas colocou no setor, porém, foi também nesse período que os empresários mais investiram na criação de capacidade de produção. Por isso, agora o setor está enfrentando problemas com a queda do volume de compras. Frisou que existem muitas encomendas nas carteiras das empresas, porém os pedidos não se transformaram em compras. Observou que existe uma "minirrecessão" no Conselho de Desenvolvimento Industrial, pois está declinando o número de projetos. E que existe uma situação grave na área de cimento, havendo perspectiva de uma escassez séria por volta de 1980, quando deverão coincidir as obras de concretagem das duas maiores hidrelétricas em construção no mundo, atualmente, Itaipu e Tucuruí. Biaggi frisou que não haverá cimento, em 1980, nem para a construção de habitações.

A Zanini Equipamentos Pesados S.A. anunciou, ontem, que está se associando à Foxboro Company, dos Estados Unidos, para implantar uma fábrica de instrumentos de medição e controle de processos de produção, que exigirá investi-

mentos da ordem de Cr\$ 600 milhões. O projeto da nova fábrica deverá ser encaminhado ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, nos próximos dias, e envolverá três opções de localização: São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, a critério do Governo, para facilitar a descentralização industrial.

A Foxboro Company é a maior empresa mundial na área de produção de instrumentos de medição e controle de processos de produção. O diretor-superintendente da Foxboro participou, ontem, da solenidade de comunicação oficial da constituição da joint-venture, quando afirmou que o Brasil já deveria ter incentivado, há bastante tempo, a implantação deste setor industrial. Acrescentou que não se pode admitir que um país alcance um estágio de desenvolvimento industrial como o Brasil e ainda esteja importando grandes quantidades de instrumentos de medição.

O vice-presidente da Zanini, Luis Biaggi, disse que acredita que o Governo, através do CDI, aprove o projeto de sua empresa e ainda admita mais dois outros fabricantes para esse tipo de equipamento. Frisou que o mercado brasileiro comporta três fabricantes, com todos eles voltados apenas para atender aos programas de substituição das importações destes produtos. Acrescentou que o Brasil poderá substituir importações no valor de US\$ 50 milhões por ano com as três empresas funcionando atendendo ao mercado interno.

Luis Biaggi informou também que a nova empresa do Grupo Zanini terá o controle acionário brasileiro. O seu grupo ficará com 51 por cento das ações e a Foxboro com 49 por cento.



Sexta-feira, 22 de junho de 1979 — GAZETA MERCANTIL

Biagi garante que a Petrobrás participará

por Elpidio Marinho de Matos de São Paulo

A mais nova empresa brasileira — a Investálcool — poderá ser a terceira ou quarta do mundo, pois dela participarão todas as empresas direta ou indiretamente envolvidas no problema energético. A Petrobrás, as montadoras de automóveis, a indústria de equipamentos para destilarias, o BNDE, cooperativas, lavradores, etc. As partes interessadas já acertaram entre si todos os detalhes e já existe até um acordo de acionistas ao qual falta apenas as assinaturas apenas os representantes da Petrobrás e do BNDE. Enfim, o nascimento dessa empresa-monstro depende, em última análise, da adesão das duas maiores forças investidoras do País — a Petrobrás e o BNDE —, este possivelmente através de uma de suas holding, a Embramec ou a Ibra-sa.

Luiz Lacerda Biagi, vice-presidente da Zanini S.A. Equipamentos Pesados, que prestou esta informação, ontem, em uma reunião da Abamec de São Paulo, acrescentou que a Petrobrás já aderiu, em princípio, ao acordo, o qual será levado à consideração do conselho de administração dessa empresa estatal, em sua próxima reunião. O industrial ponderou, entretanto, que o Programa do Alcool depende, antes de tudo, de uma decisão política de produzir álcool no País como fonte energética. E essa decisão ainda não foi tomada, porque ela, por sua vez, depende de uma definição, ou seja, de um consenso, na esfera governamental, de que o álcool é a solução para a crise de combustíveis. As decisões que se tomam são improvisadas ao império de periódicos agravamentos do déficit da balança comercial e depois esquecidas.

RESISTÊNCIAS

O vice-presidente da Zanini, respondendo à pergunta de um analista, afirmou, em tom dramático, que, no estágio em que se encontra a questão, somente um acontecimento muito grave será capaz de romper as resistências e levar o País a embarcar definitivamente no projeto de substituição pelo álcool de uma parte substancial das importações de petróleo. O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) aprovou a meta de 10,5 bilhões de litros de álcool até 1985, comparado com os 3,8 bilhões que se produzirá este ano. Esse alvo exige investimentos não inferiores a US\$ 7 bilhões e para ser iniciado é preciso uma definição do Conselho Monetário Nacional sobre a alocação de recursos. Lacerda Biagi disse que levou tais considerações ao presidente João Figueiredo e que este se mostrou bastante apreensivo, mas, pelo que o empresário disse, o presidente quer uma decisão de colegiado e, entre os ministros e funcionários do alto escalão, não existe um consenso sobre se o Programa do Alcool é vital para o País.

Fazendo a apologia de uma poderosa "holding" financeira para a solução do problema energético, abrangendo todas as opções possíveis, o vice-presidente da Zanini afirmou existirem executivos mais preocupados com os resultados de balanço do que pelo problema da energia.

DINHEIRO

Entrando em detalhes sobre o que seria um programa para a produção de 20 bilhões de litros de álcool por ano, Lacerda Biagi informou que o número de destilarias, com uma produção média, cada uma, de 250 mil litros por dia, teria de ser aumentado de 200 para 600, a implantação de novos canaviais levaria pelo menos três anos, com a ocupação de uma faixa de 1% do território nacional.

Do complexo agro-açucareiro, Lacerda Biagi acha que não se deve esperar nada em termos de colaboração financeira. Os usineiros estão exauridos, com 20 milhões de sacas estocadas, bloqueadas, à espera de mercado. Além disso, o álcool, apesar de todos os subsídios, não é uma atividade lucrativa e para que se produza é preciso que o preço seja compensador. Por isso, o diretor da Zanini advoga a paridade de preços entre o álcool e o açúcar.

Via Única

Data

JORNAL DA TARDE

FOLHA DE S. PAULO

DIÁRIO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Dinamizar o Proálcool

A agilização do Programa Nacional do Alcool foi o tema proposto por um grupo de empresários em audiência com o presidente João Batista Figueiredo, ocasião em que apresentaram algumas sugestões que não quiseram revelar aos jornalistas, alegando falta de ética, pois o assunto fora tratado diretamente com o presidente:

Apesar de ressaltarem terem sido bem recebidos pelo presidente, os empresários, na maioria da Equipamentos Zanini, foram encaminhados aos ministros da área econômica e da Agricultura, a fim de apresentarem pessoalmente suas sugestões para o Programa do Alcool. Para a próxima terça-feira, foi marcado um novo encontro com os ministros da área econômica, para dar seguimento aos entendimentos ontem iniciados.

Os empresários que estiveram com Figueiredo foram José Rossi Jr., Luis Lacerda Biagi, Eduardo Diniz Junqueira, Lamartino Navarro Junior, Rui Silva, Cicero Junqueira Franco e Kurt Politzer.

Empresários querem mudar o Proálcool

BRASÍLIA (Sucursal) — Continuam em segredo as sugestões para o maior desenvolvimento do Plano Nacional do Alcool que seis empresários tentaram entregar ontem ao presidente Figueiredo. Este, depois de os receber em audiência, mandou que tratassem do assunto com os ministros da área econômica, na próxima terça-feira.

Ao saírem do gabinete presidencial, os seis empresários fizeram suspense com os jornalistas, recusando-se a informar a causa que os tinha levado a Brasília, embora na agenda do presidente ela estivesse bastante pública: "para apresentar uma proposição no sentido de colaborar com o desenvolvimento do Proálcool".

Quando a situação estava ficando um pouco cômica para o lado dos empresários, inclusive pela insistência de um deles, o mais jovem, para que todos ficassem calados, o vice-presidente da Destilaria Alcídia, Lamartine Navarro, educadamente, resolveu dar pelo menos algumas explicações, embora sem novidades, quando disse:

"Nós trouxemos uma sugestão ao presidente, visando a agilizar o Plano Nacional do Alcool, que foi encaminhada aos ministros da área econômica, mais o da Agricultura. O presidente está decidido a agilizar o Proálcool, em benefício do complexo energético brasileiro."

Um pedido ao presidente: agilizar o plano do álcool

Empresários paulistas, em sua maioria da Equipamentos Zanini e da Destilaria Alcídia, estiveram ontem com o presidente João Batista Figueiredo, para solicitar-lhe uma maior agilização do Programa Nacional do Alcool, apresentando sugestões que não foram reveladas aos jornalistas, sob a alegação de "falta de ética".

Eles foram encaminhados aos ministros da área econômica e ao da Agricultura para que apresentassem pessoalmente suas ponderações sobre o Proálcool. O encontro ficou marcado para terça-feira próxima.

Os empresários, ainda que afirmassem ter sido bem recebidos pelo presidente, aparentavam mau humor à saída da audiência, chegando um deles a solicitar aos colegas que não falassem aos jornalistas, já que "nada havia a lhes ser dito". Participaram da audiência: José Rossi Jr., Luis Lacerda Biagi, Eduardo Diniz Junqueira, Lamartino Navarro Jr., Rui Silva, Cicero Junqueira Franco, e Kurt Politzer.

Em Monte Aprazível, estará em pleno funcionamento, dentro de 90 dias, uma das maiores destilarias de álcool combustível do País, com uma produção diária de 90 mil litros, devendo ser duplicada no próximo ano. E em Pernambuco, o governador Marco Maciel determinou a criação de um grupo de trabalho intersecretarial para implantar o álcool como combustível dos carros da frota oficial.

Data
5 ABR 1979

Jornal

JORNAL DO BRASIL

Assunto: Diversos

Empresários pedem a Figueiredo que mude o Proálcool

Brasília — Um grupo de empresários liderado pelo presidente da Zanini Equipamentos Pesados, Sr José Rossi Júnior, esteve ontem com o Presidente da República para entregar-lhe um documento pedindo alterações no Proálcool (Programa Nacional do Alcool), de forma a torná-lo mais ágil.

Participaram também do encontro Planalto: Luis Lacerda Biagi, vice-presidente da Zanini Equipamentos Pesados; Eduardo Dinis Junqueira, presidente da Sociedade de Produtores de Açúcar e do Alcool; Lamartine Navarro, vice-presidente-executivo da Destilaria Alcídia; Kurt Pollitzer, diretor-presidente da Zanini Foster Wheeler; e Cicero Junqueira Franco, da usina Vale do Rosário.

Por sugestão do Presidente João Baptista de Figueiredo, os empresários deverão discutir, terça-feira próxima, com todos os ministros da área econômica, as sugestões do setor privado e a melhor maneira de colocá-las em prática.

DATA 06-04-79	JORNAL BAZETA DE ALAGOAS	ASSUNTO: DIVERSOS LLB
------------------	-----------------------------	--------------------------

**Mais sugestões
para o Próalcool.**

• Um grupo de empresários liderados pelo presidente da Zanini, foi ontem ao presidente Figueiredo levar um documento com sugestões para alterações no Próalcool. Figueiredo sugeriu que os empresários procurassem os ministros da Fazenda, Agricultura, Minas e Energia, Indústria e Comércio e Planejamento. Terça-feira, todos estarão reunidos para receber as sugestões destinadas a agilizar o Programa do Alcool. Presente em todas essas ocasiões o chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva.

VIA UNICA

Inflação de 60%, prevê empresário

"Falar em 33% de inflação em 79 é a mesma coisa que o Delfim Neto (à época ministro da Fazenda) falar em uma inflação de 12% em 73. Minha empresa está trabalhando com uma taxa inflacionária de, no mínimo, 60% neste ano. A inflação de passagem, o que já está assumido, é de 40%, decorrente do aumento dos preços do petróleo e do serviço da dívida externa brasileira. Os outros 20% ficam por conta da pressão dos preços — houve uma contenção muito grande no segundo semestre do ano passado e isso agora precisa desaguar — dos aumentos salariais e das concessões que o governo vai ter de fazer em função da abertura política".

A afirmação é de Luiz Lacerda Blagi, vice-presidente da Zanini Equipamentos Pesados, uma das dez maiores empresas do setor. Principal executivo do grupo, ele se mostra muito preocupado com a atual conjuntura econômica, que se encaminha para uma recessão, em seu entender (no seu setor, já existe uma mini-recessão). A estimativa de uma inflação de 33% é de Mário Henrique Simonsen, atual ministro da Fazenda e provável ministro do Planejamento no governo Figueiredo.

A expectativa inflacionária de Blagi, embora alta, não destoa da que foi detectada nos meios empresariais através de pesquisas realizadas por órgãos de imprensa. Nessas pesquisas — três — nenhum empresário disse estar trabalhando com uma inflação inferior a 40% em 79. A média da opinião empresarial ficou em torno de 50%.

"A única forma de se evitar a recessão é aguentar mais uns dois ou três anos de inflação alta e renegociar a dívida externa. E chegar para o banqueiro internacional e falar: 'Eu não vou pagar'. Não vejo saída fora disso", enfatiza o empresário.

Segundo Blagi, "estamos entrando em uma situação de ficar (o Brasil) desmoralizados internacionalmente porque tem muita gente falando grosso e fazendo fino". Refere-se aos que se posicionam inteiramente contra uma moratória internacional, afirmando que a dívida externa não preocupa, quando na prática algumas empresas estatais estão começando a renegociar seu financiamento externo.

O vice-presidente da Zanini admite que o governo possa buscar uma outra fórmula que não a preconizada por ele. No entanto, julga urgente a definição de uma política: "O diabo são os privilégios. O governo toma uma medida global nas exclusivas A, B ou C, por compromissos da Corte".

Quando ao seu setor — bens de capital — Blagi disse ontem à imprensa que "nunca houve uma carteira de encomendas tão grande e tão insegura". Isto porque a carteira é teórica, baseada em grandes projetos como Itaipu e Tubarão, cujos cronogramas não se sabe se serão cumpridos. Por outro lado, afirma Blagi, "a disponibilidade de recursos é a menor de toda a história", o que pode gerar atrasos naqueles grandes projetos.

A carteira de encomendas do setor realmente existente e segura é pequena, segundo o vice-presidente da Zanini, "com o agravante de que nossos clientes estão sem dinheiro, provocando o maior nível de atrasos de pagamento da nossa história, o que dá um desdobramento em cadeia, impedindo que a Zanini assuma plenamente seus compromissos". E arremata: "já é uma mini-recessão", no setor de bens de capital. Para ele, essa realidade pode levar à importação de equipamentos factíveis de serem produzidos internamente.

A situação só não é pior porque quando determinada empresa tem algum problema o governo lhe faz uma encomenda, solta financiamentos etc. "Ou seja: o governo vem e dá um analgésico. O que eu não sei é até quando nós vamos conseguir viver protelando a realidade. Talvez fosse melhor enfrentar o problema de vez e dizer: eu não pago, eu também não". Esse raciocínio de Blagi não se prende somente ao setor empresarial mas também ao governo, no que se refere à dívida externa.

Zanini explica joint-venture

A Zanini Equipamentos Pesados e a The Foxboro Company (dos EUA) apresentaram recentemente um projeto ao CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial) para a fabricação de instrumentos de medição e controle de processos industriais, através de uma "joint-venture" (associação) das duas empresas. Embora o CDI não tenha ainda aprovado o projeto da Foxboro/Zanini, as empresas chamaram ontem a imprensa para prestar esclarecimentos sobre o projeto. Além delas, há cerca de 10 empresas (como a Dedini/Engemattic, Honeywell, Taylor e Siemens) interessadas no edital de pré-qualificação publicado pelo CDI em outubro passado. O governo só aprovará dois ou três desses projetos.

Luiz Lacerda Blagi, vice-presidente da Zanini, e Joseph Paparella, diretor jurídico da Foxboro, explicaram que o nível de nacionalização do seu projeto conjunto será de 65% no início, chegando a 94% ao final da etapa de implantação, que deve durar cinco anos. A Zanini detém 51% do capital, ficando os restantes 49% com a Foxboro. Quanto à localização, a Zanini prefere a região de Ribeirão Preto (onde está instalada), mas admite que a "joint-venture" se fixe em Minas ou no Paraná, para atender à política de descentralização industrial do governo. Em qualquer caso, a engenharia e vendas serão concentradas em São Paulo.

A "joint-venture" Foxboro/Zanini prevê um investimento total de 20 milhões de dólares, a preços de janeiro de 79. Pelo acordo de acionistas, a Foxboro não receberá "royalties" pela transferência de tecnologia e se compromete a fornecer qualquer informação pedida pela "joint-venture". A transferência de tecnologia se dará na medida da capacidade de absorção brasileira. Blagi afirma que a tecnologia não está nos desenhos, "mas nos macetes, nas cabeças das pessoas; só se transfere tecnologia de cabeça a cabeça, se nós conseguirmos absorver tudo, eles transferem tudo e nós vamos gerar nossos próprios projetos".

Segundo Blagi, a transferência de tecnologia foi o ponto mais discutido com a Foxboro e a Zanini acabou por conseguir convencê-la a trocar o pagamento de "royalties" pela oportunidade de entrar no mercado brasileiro e participar dos lucros como acionista.

O segundo ponto que gerou mais discussão foi o da exportação. A "joint-venture" acabou por ficar livre para exportar para qualquer parte do mundo. "E não tem carta paralela — garante Blagi — ao contrário do que ocorre em 90% dos casos semelhantes". A "carta paralela" é um instrumento particular muito usado em "joint-ventures" e significa na prática que se apresenta um acordo de acionistas ao governo que interesse ao país mas que, na realidade, não vai ser cumprido, substituindo-o pela "carta paralela", mais favorável aos interesses multinacionais.

A Foxboro é líder do mercado mundial de instrumentos de medição e controle de processos industriais, do qual detém cerca de 20%. Seu faturamento anual é de 400 milhões de dólares. Atualmente, o Brasil importa praticamente tudo neste setor, em operações no valor de 50 milhões de dólares. As previsões de importação para daqui a cinco anos são — caso não se inicie a fabricação interna — de 100 milhões de dólares.

O vice-presidente da Zanini criticou ainda a conduta empresarial. "Há uma falha do empresário que relaciona seu caso particular com a situação geral. Se ele vai bem, tende a afirmar que a situação é boa. Na verdade, falta definir uma linha crítica que permite dizer que eu vou bem mas a coisa vai mal. A falta dessa linha enfraquece uma solução filosófica".

Data
19.01.79Jornal
O ESTADO DE SÃO PAULOAssunto: Diversos
INDUSTRIAL VÊ O BRASIL A CAMINHO DA RECESSÃO

Industrial vê o Brasil a caminho da recessão

"A economia brasileira caminha inevitavelmente para uma recessão. Na verdade, ela já existe há algum tempo, camuflada por analgésicos federais, que têm evitado que o mal apareça. Mas todos já o sentem há algum tempo" — declarou, ontem, o industrial Luiz Biagi, vice-presidente da Zanini S.A. Equipamentos Pesados. Esta afirmação foi feita com base em levantamentos realizados pela diretoria da empresa que estimou para 1979 uma inflação de "no mínimo" 60%. Segundo o industrial, 40% de inflação o País já tem como certa. É a inflação de passagem, herdada dos serviços da dívida externa, das importações de petróleo, etc. Os outros 20% serão decorrentes do afrouxamento da política de contenção de preços, iniciada no segundo semestre do ano passado e que agora, com a abertura, deverá ser extinta."

Biagi nem sequer considera a hipótese de inflação de 33%, como o governo prevê, "a não ser que se pretenda, em 1979, desenvolver a mesma técnica utilizada por Delfim Netto em 1973 — sem grande sucesso". Ele teme que haja intenções, este ano, de camuflar os índices oficiais de inflação e "falar em índices inferiores a 40% é fugir da realidade".

ATÉ QUANDO?

A maior dúvida de Biagi consiste em saber "até quando o governo pretende protelar a recessão", pois "não se poderá camuflar a realidade por muito tempo". E, para ele, o melhor seria "enfrentar a recessão de uma vez por todas".

Referindo-se ao novo Ministério, o industrial disse que a nova equipe deverá optar pelo tratamento de choque. "E, é melhor que seja assim" — salientou — "pois é quase certo

que o Brasil terá, mais cedo ou mais tarde, que correr o risco de se desmoralizar junto aos investidores estrangeiros: sem dívida alguma, a dívida brasileira deverá ser renegociada e o desgaste político do País, no cenário internacional, será uma consequência disso" — conclui.

No setor industrial, diz ele, há relativo otimismo. "Por um lado, a situação real de pedidos em carteira é afluente e, por outro, tendo em vista os planos governamentais, as perspectivas de encomendas são promissoras. Nunca houve na história tantas perspectivas de encomendas para a indústria de bens de capital. Mas nunca os pedidos se caracterizaram por tanta insegurança: há projetos, mas todos sabem que não há dinheiro".

"JOINT VENTURE"

A Zanini anunciou, ontem, a apresentação de um projeto no Conselho de Desenvolvimento Industrial para a formação de uma "joint venture" com a Foxboro Company, empresa norte-americana, que pretende atuar na área de instrumentos de medição e controle de processos industriais. A nova empresa, que terá 51% de capital nacional, será a Foxboro/Zanini S. A.

A associação inclui uma efetiva e contínua transferência de tecnologia na área de instrumentação industrial e também no fornecimento de programas intensivos de engenharia, educação e treinamento. Os investimentos — para um período de maturação de cinco anos — serão da ordem de US\$ 20 milhões e o índice inicial de nacionalização de 65%. A Zanini e a Foxboro estão atendendo a uma convocação do CDI para a área de instrumentação e processos industriais.



Zanini pede mais verbas e rapidez para Proálcool

SÃO PAULO (O GLOBO) — Se o Governo tiver que intervir no Programa Nacional do Alcool para viabilizá-lo, não será com alterações ou intervenções no setor que produz as destilarias, mas sim apressando a liberação de verbas e aprovação de projetos, além de promover a expansão da cultura canavieira cujo ciclo de produção é de 18 meses.

O vice-presidente da Zanini S/A Equipamentos Pesados Luiz Lacerda Biagi, autor da afirmação disse, também ontem ao GLOBO que "existe, hoje entre as empresas do setor uma verdadeira guerra para vender uma destilaria com algumas capazes de realizar uma entrega em apenas 90 dias. Prevalece assim a oferta em relação a procura o que faz com que existam empresas com elevadas capacidades ociosas, sem que haja possibilidade de nenhuma delas de elevar os preços de seus produtos em excessos, ou fora da realidade".

Luiz Biagi contestou, dessa forma notícia veiculada pela imprensa pela qual o Governo poderia intervir na produção de destilarias de alcool para viabilizar o Proálcool já que os fabricantes estariam utilizando preços totalmente irrealis, em consequência de uma forte demanda. Entretanto, ele não negou que as empresas tem uma quantidade razoável de pedidos e as perspectivas são boas.

— Tanto que — afirma o diretor da Zanini — existem hoje, seis fabricantes no setor de destilarias para o alcool (máquinas Piratininca no Recife Fundição Guizacaz no Estado do Rio Pires Lile em Alagoas Santa Inez Bedme Zanini, em São Paulo) além de, pelo menos mais quatro indústrias tentando se instalar, entre elas a Cosinor em Pernambuco. Com esses novos projetos, o número de fabricas se elevaria a dez, e eu não vejo nada de anormal que

mais gente se proponha a produzir equipamentos para a industria do alcool. Com uma politica adequada, haverá mercado para todas.

ORIGEM DA PRESSÃO

Para ele, o mais estranho na referida informação é que o jornal não indica a sua fonte. "o que faz perder bastante a sua credibilidade". É a origem da informação, ou da fonte que não quis se identificar "pode ter sido alguém preocupado com a centralização industrial em São Paulo alguma outra industria que deseja se instalar grupos estrangeiros interessados procurando mostrar uma incapacidade de atendimento da industria nacional e com isso entrar no mercado brasileiro ou mesmo uma pressão do ramo de estruturas metálicas cujo mercado está em recessão, e que já demonstrou seus interesses em participar do Programa Nacional do Alcool", acrescentou.

Luiz Biagi diz que a capacidade do setor só pode ser medida pela sua expansão. "De 1972 a 1977 — observa — o crescimento da capacidade produtiva do parque acucareiro nacional por exemplo, foi da ordem de 100 por cento o que não indica que a produção tenha crescido no mesmo ritmo pois é sabido que o proprio Governo em função da baixa dos preços internacionais do produto, não estimulou a elevação da produção".

Um dos problemas que mais tem prejudicado o Proálcool, segundo ele, é fato de não se considerar nos financiamentos oficiais para a compra de equipamentos uma correção monetária no valor da aprovação do projeto. "Ocorre que o valor do financiamento — explica — não se altera desde a concessão até a entrega total do equipamento, deixando, muitas vezes, o

comprador em situação difícil para saldar o debito e pagar a diferença do custo real pedido pelo fabricante".

Biagi sugere para aliviar a situação que os financiamentos sejam concedidos com base no valor do dia da Ortn, subindo conforme a evolução desses títulos. "Assim, haveria uma compensação razoável tanto para o cliente (comprador) como para o fabricante, já que a correção monetária da Ortn e, apenas, um pouco abaixo da taxa inflacionária", salienta.

FAZENDO HISTORIA

O vice-presidente da Zanini disse que a empresa faturou Cr\$ 11 bilhão, em 1977, prevendo, para este ano, um faturamento em torno de Cr\$ 1,5 bilhão. Desse total, cerca de 90 por cento correspondem às vendas de equipamentos destinados às usinas de alcool.

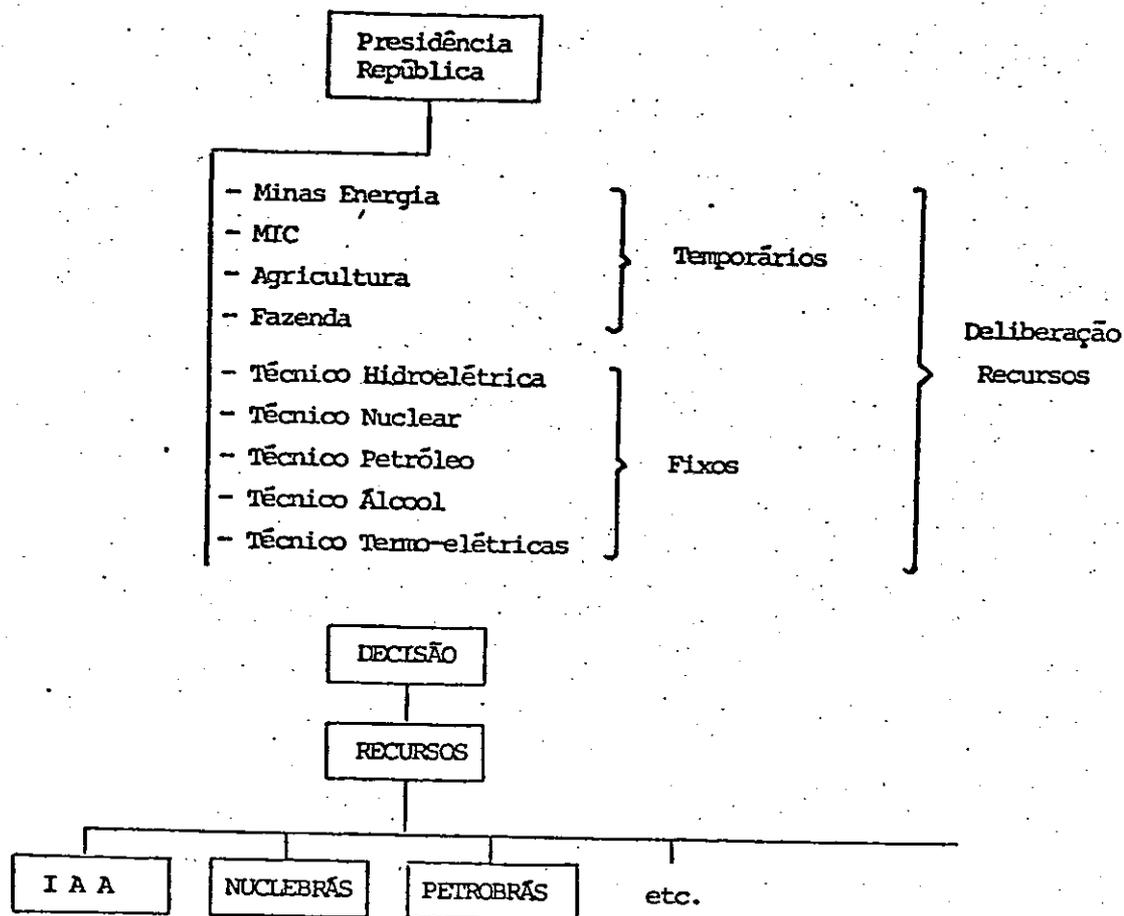
Com empresas bem estruturadas no setor, desde a produção de equipamentos até o plantio de cana e destilação, Luiz Lacerda Biagi acredita que o Governo, "com coragem e determinação, poderia utilizar somente alcool, ao invés de gasolina como combustível com uma economia de divisas bastante relevante.

— Não se trata — acrescentou — de um plano de curto prazo, mas de 15 a 20 anos, tornando o País completamente independente. Isso, é claro, sem dar ouvidos a determinados "estudiosos" estrangeiros e organismos internacionais como o Banco Mundial que divulgou um relatório em que a viabilidade do Programa Nacional do Alcool era contestada sob a alegação de que o produto saíria mais caro do que a gasolina o que é um absurdo. Devemos nos mesmos fazer a nossa história e não cultuar expectadores mas como mentores.

PROPOSTA DE LUIZ L. BIAGI

COPLEN

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO



A execução dos programas decididos pela COPLEN, em conjunto com o Gen. Figueiredo, seria feita pelos órgãos existentes:

- Nuclebrás
- Petrobrás
- Eletrobrás
- IAA, etc.

PROPOSTA R. LIMA NETTO

Anexo programa 78/81 do BNDE, elaborado por ele para ser entregue ao Gen. Figueiredo, com indicação de seu nome.

zanini



Recortes de Jornal

Via Única

Assunto: Diversos

Jornal/Revistas

O Globo

Data

21.08.80

✓ Álcool: Ometo critica intervenção do Estado

CAMPOS (O GLOBO) — O Estado não pode agir em relação ao álcool da mesma forma que faz com o petróleo, porque o álcool não é um produto de segurança nacional e, na sua produção, o empresário tem uma participação importante — afirmou, ontem, o empresário João Guilherme Ometo, durante a realização do VIII Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar e Alcool.

Na sua opinião, a intervenção do Governo na agroindústria canavieira é excessiva e tira do empresário os estímulos à produção.

— Não se pretende, evidentemente, discutir, agora, a conveniência ou não desse tipo de intervenção, nem se pretende invocar os princípios da livre iniciativa para um setor tão vulnerável como o da produção canavieira de nosso País, cuja história está pontilhada de crises periódicas e sucessivas.

Segundo o empresário, o que se deseja discutir são os limites dessa intervenção e os inconvenientes de um elevado grau de estatização.

BIAGI QUER ABRIR CAPITAL

O empresário Luis Lacerda Biagi, vice-presidente da Zanini S/A Equipa-

mentos Pesados, defendeu, ontem, a abertura do capital das usinas, como forma de engajar a população como sócia do processo de produzir álcool e libertar o País "da dependência incômoda do petróleo importado".

Ele atuou como debatedor da palestra feita pelo presidente da Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e Alcool (Coperflu), Evaldo Inojosa, no VIII Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar, em Campos, que abordou a intervenção do estado na agroindústria açucareira do País. Dentro do mesmo tema, Biagi sugeriu a liberação gradual do mercado e a taxaço dos lucros.

Ao rebater uma afirmativa do representante do Ministério da Fazenda, Maylson Nóbrega, segundo a qual a intervenção do estado se justifica pela normalização do mercado e pela segurança nacional, Biagi lembrou que isso teria procedência se o álcool fosse desviado, prioritariamente, para o transporte pesado.

— O Governo estimula o povo a adquirir automóveis movidos a álcool, permitindo financiamentos em até 36 meses e depois o critica por tirá-los da garagem. Se faltasse petróleo, hoje, toda a frota pesada (caminhões, tratores, ônibus) seria paralisada, mas, o povo poderia passar de carro. O sentido de segurança nacional só se justifica se ele for produzido com o objetivo de garantir a produção nacional, o desenvolvimento constante.

Luis Biagi, ainda, sugeriu, no mesmo processo, a eliminação de qualquer estímulo à produção de bens de consumo, que absorvem a pequena poupança interna brasileira. Disse que o Governo deve atuar nos setores básicos e nos outros com função normalizadora, frisando que a abertura do capital das empresas produtoras de álcool deve ensejar um pensamento unânime de que "o álcool é nosso".

LENTIDÃO DO PROALCOOL

Depois de criticar a morosidade do Programa Nacional do Alcool, "que é estimulado a toque-de-sineta para ser desacelerado de seis em seis meses", o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Piauí, Francisco Gayoso e Almeida, disse que, no Brasil, "não existe uma federação, mas uma união comandada por poucos, que colocaram o País numa composição na qual o sr. Delfim Netto é o maquinista".

No VIII Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar, Francisco Gayoso disse que a única saída para o Brasil será "partir para uma Constituinte com o presidente Figueiredo". Também afirmou que o petróleo não é o único culpado pela situação. "É preciso que todos os segmentos da sociedade sejam ouvidos. Enquanto isso não acontecer, considerar o Brasil uma federação é simplesmente utópico".

Diretor da Fiesp quer mudar modelo econômico

za

Recortes

JORNAL DO BRASIL segunda-feira, 15/10/79 1º Caderno

São Paulo — O diretor executivo da Zanini e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Sr Luiz Lacerda Biagi, disse ontem que o Governo não deveria ficar só em pequenas mudanças, como aumentar a alíquota do imposto de Renda para pessoas jurídicas e diminuir os subsídios, mas ter coragem de reformular o modelo econômico como um todo, adotando metas mais humildes e realistas.

De acordo com seus cálculos, seriam necessários 495 bilhões de dólares (cerca de Cr\$ 1,5 trilhão) até 1995 somente para tocar os programas nuclear, de exploração de petróleo, Plano 95 de energia, proálcool, do carvão e do cimento. "O país — acrescentou — não tem a mínima condição de arcar com esses investimentos e, ao mesmo tempo, realizar os programas prioritários para a população".

"Se insistirmos na realização desses planos — observou — será preciso fazer cada vez mais concessões às empresas estrangeiras, para atrair capital de risco, desnacionalizando por completo a economia". O Governo, na sua opinião, precisaria ter coragem de mexer nos grandes oligopólios e cartéis estrangeiros, que impõem seus interesses à economia brasileira.

Para o diretor da Zanini, "nem em 50 anos se substituirá o petróleo consumido pelo país com recursos próprios". Lembrou que, atualmente, o país produz 3,8 bilhões de litros de álcool e consome 65 bilhões de litros de petróleo. E, como não dispõe de recursos para executar a completa substituição, só terá uma alternativa no futuro: abrir o Proálcool para as multinacionais, com a justificativa de que o empresário nacional é incompetente".

"É preciso reconhecer que somos um país pobre e estamos quase quebrados e pararmos de viver como ricos, sustentando o consumo de 15 milhões de veículos, a maioria de passelo, e uma estrutura de transporte voltada para os interesses das empresas multinacionais", assinalou o diretor da Fiesp.

A ESCADA

"É muito fácil o Governo tirar a escada dos subsídios, agora que muitos setores estão em baixa. Contudo, é preciso perguntar se esse é o único grande mal do país e se resolve definitivamente o problema", acentuou o diretor da Zanini. Afirmou que o Governo confisca todos os produtos rentáveis, como ocorreu com o açúcar, em 1972, e, quando a mina seca, é obrigado a conceder subsídios, distorcendo a estrutura da economia e premiando a ineficiência.

O Sr Luiz Lacerda Biagi acentuou que os subsídios distorcem a economia de mercado, premiando a ineficiência e levando-a a ser cada vez menos competitiva. O risco — comentou — é o aval moral do lucro. Só que com subsídios e dirigismo estatal excessivo não é possível saber quem é capaz de enfrentar o risco e tem direito ao lucro".

A economia brasileira, de acordo com o diretor da Fiesp, está transformando-se numa série de clubinhos fechados, nos quais os pequenos e médios já não têm mais acesso. Destacou que o setor alcooleiro é um exemplo típico, pois só os grandes agricultores, os que possuem grandes propriedades, podem ter acesso aos financiamentos do Proálcool, a juros subsidiados."

DIRIGISMO ESTATAL

O excessivo dirigismo estatal, os planos irrealistas e o incentivo à ineficiência, segundo o diretor da Zanini, levarão o país a ser cada vez mais caudatário do capital estrangeiro.

"Se o modelo brasileiro não for urgentemente repensado — declarou — vamos acabar perdendo o controle da situação e do país."

"O melhor país do mundo para as multinacionais — destacou — é aquele que está em dificuldades e cujos empreendimentos podem ser assumidos com facilidade pelas empresas estrangeiras. Não é à-toa que o Brasil é considerado uma boa opção para o capital estrangeiro e o Governo se vê obrigado a estimular a entrada de recursos de risco."

O diretor da FIESP observou que a "maioria dos setores dominados pelas multinacionais recebe hoje um tratamento mais favorável do que os demais. Num setor dominado pelo capital estrangeiro na forma de cartel ou oligopólio é simplesmente proibida a importação de produtos — automóveis, tratores e televisores são alguns exemplos — porque existe reserva de mercado ou a alíquota do imposto é demasiadamente elevada. Nos setores nacionais, a alíquota não cobre nem as vantagens dadas pelos países produtores", frisou.

"O país — acrescentou — deveria definir sua política industrial, impor reserva de mercado em setores prioritários para a indústria nacional, e incentivar a concorrência no mercado interno, possibilitando o crescimento e a participação das pequenas e médias empresas. Dessa forma, teríamos competição no mercado interno e as empresas seriam obrigadas a lutar pela eficiência e produtividade, num sistema saudável de concorrência que beneficiaria toda a sociedade brasileira."

Depoimentos de
LUIZ LACERDA BIAGI

zanini



Recortes de Jornal

Via Única

Assunto: Diversos

Jornal/Revistas

Jornal do Brasil

Data

20.08.80

Alcool moverá 47% da frota deste semestre

Neste semestre, 47% dos carros produzidos no Brasil serão movidos a álcool, garantiu o presidente da Anfavea — Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores — Mário Garnero. A Comissão Executiva Nacional do Alcool assegurou que a produção de álcool, este ano, será suficiente para toda a demanda.

Em Brasília, portaria do Ministro da Fazenda elevou de 36 para 40 meses o prazo máximo dos consórcios de automóveis a álcool. Em Campos, o vice-presidente da Zanini, Luis Biaggi, sugeriu que Governo e empresários encarem o programa do álcool muito mais como uma solução para a economia do país do que uma saída para a indústria automobilística. (Pág. 17)

Biagi aponta "nova fonte de serviços"

Campos — A eliminação dos incentivos à indústria de bens de consumo e a necessidade de que o Governo e o próprio empresariado vejam o álcool não como agente viabilizador da indústria automobilística, mas, sim, uma fonte de serviços para o país, de modo que possa estimular a frota de caminhões, de ônibus e tratores, deveriam constituir metas prioritárias do Governo para gerar benefícios à economia brasileira nesta década.

A afirmação é do vice-presidente da Zanini, Luis Biaggi, que ontem, durante a realização do 8º Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar e Alcool, defendeu a democratização do capital das usinas como forma de engajar a população no processo de produção do álcool e de participar de um movimento que poderá libertar o país da dependência incômoda do petróleo importado. Atacou a política de subsídios — "ela interessa mais ao Governo do que aos empresários" — e reconheceu que a situação do país fará com que eles sejam gradativamente eliminados, ao passo que os confiscos serão aumentados.

Para o industrial paulista, num país pobre como o Brasil, o Governo tem que dar prioridade a desaios capazes de liberar gradativamente a sua economia. Alertou o empresário que, diante do atual quadro econômico, os subsídios serão eliminados no país pela total impotência do Governo de continuar mantendo investimentos no Proálcool, Procarvão, Programa Nuclear, no Projeto Carajás e na Eletrobrás, bem como nos projetos e programas siderúrgicos, agrícolas, pólos petroquímicos e até mesmo na prospecção de petróleo.

Concluiu dizendo que o Governo estimula o povo a adquirir automóveis movidos a álcool, permitindo financiamentos em até 36 meses para depois criticá-los por tirá-los da garagem. "Se faltasse petróleo, hoje, toda a frota pesada (caminhões, ônibus, tratores) seria paralisada mas o povo poderia passear em seus carros. Tudo isso para beneficiar os 6 milhões de proprietários de automóveis. O álcool — é bom que isso fique bem claro — não pode e nem deve servir apenas como viabilizador da indústria automobilística, mas, sim, a economia do país."

zanini



Recortes de Jornal

Via Única

Assunto: Diversos

Jornal/Revistas

Jornal do Brasil

Data

20.08.80

Empresário repele a distribuição estatal

Campos — O Estado não deve nem pode fazer com a distribuição do álcool, que não é produto de segurança nacional, o mesmo que fez com o petróleo, estatizando a sua distribuição. O empresário, o produtor, tem que ter um parcela importante dentro desse contexto.

A afirmação foi feita ontem durante o 8º Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar e Alcool pelo Sr João Guilherme Ometto, para quem a intervenção do Governo na agroindústria canavieira é excessiva, tirando do empresariado os estímulos à produtividade que uma economia livre sempre proporciona aos seus participantes.

Segundo ele, não se deve discutir agora a conveniência ou não da intervenção do Governo na atividade agroindustrial canavieira, nem devem invocar-se os princípios da livre iniciativa para um setor tão vulnerável da economia do país, com uma história pontilhada de crises periódicas e sucessivas. "Deseja-se, sim — ponderou — discutir os limites dessa intervenção e os inconvenientes de um elevado grau de estatização que acaba estiolando a iniciativa privada."

Sobre a eventual privatização das exportações de açúcar do Brasil, que deixariam de ser feitas pelo IAA, com o monopólio que detém, para passarem à responsabilidade dos produtores, explicou que elas poderiam ser feitas através das cooperativas centralizadoras de vendas, já existentes, seja via tradings que viessem a ser organizadas para este fim.

"Não se tem discutido, entretanto, quais seriam os ônus impostos à exportação, sob a forma de taxas de contribuição ou imposto de exportação, sabido que o produtor atualmente recebe em cruzeiros um valor igual ao preço oficial de mercado interno e, nesse caso, passar a contar com o contravalor, em cruzeiros, da venda de cambiais de exportação." Citou como exemplos o café e o recente caso da soja, cujo comércio cambial, afinal suspenso, foi institucionalizado para minimizar os resultados favoráveis de preços internacionais exacerbados.



“Economia brasileira exige renúncia”, afirma Luis Biagi

Dizendo acreditar que o país caminha para uma recessão, o economista e empresário Luis Lacerda Biagi comentou ontem à noite, durante jantar do Rotary Clube-Sul na Sociedade Recreativa e de Esportes, a política econômica brasileira, adotada nos últimos anos.

Apresentando um áudio visual que iniciava com uma notícia publicada em janeiro do ano passado, quando defendia já a tese de economia de choque, Biagi disse que esta seria a única solução para que “o novo ministério não se desmoralizasse com os investimentos estrangeiros”, e citou a visita que os ministros Galveas e Delfim farão durante o Carnaval aos Estados Unidos, tentando renegociar a dívida externa.

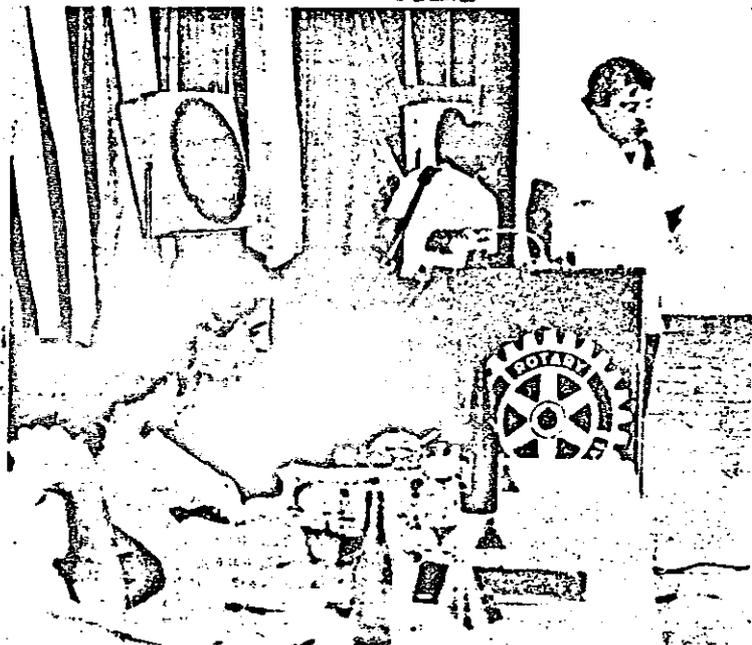
Com gráficos e muita informação estatística, Biagi mostrou que o Brasil tem mais automóveis per capita do que a Rússia, e afirmou: “Nosso país é pobre, com 80 por cento da população em condições lamentáveis e, no entanto, continuamos adotando moldes de países ricos”.

TRÊS VEZES MAIS

Lacerda Biagi disse que “é preciso refletir porque o governo financia a compra de automóveis e depois pede para que não saiam com eles de casa”.

Para ele, os fabricantes não têm interesse em lançar carros a álcool para atender o mercado comum, porque com isso desestimularia a venda de veículos a gasolina. “Em cada litro de gasolina que a Petrobrás deixa de vender — informou o economista — perde Cr\$ 13,00. Por isso que não vemos anúncios de carros movidos a álcool”.

O consumo de gasolina do Brasil, em torno de 1740 litros por cada carro por ano, é maior que o Japão e Austrália, sendo apenas superado pelos Estados Unidos e Canadá. Lacerda Biagi garantiu que a produção de álcool para combustível, somente no Estado de São Paulo poderia ser três vezes maior, sem prejudicar a produção de alimentos. O economista denunciou, porém, que o Proalcool é um vago desgovernado: “Melhora a balança comercial e cria empregos, mas isso não quer dizer nada,



Biagi: uma visão crítica.

porque decide-se o que é politicamente interessante, e não o que é bom para o país”.

MEDIDAS DESFAVORÁVEIS: DERRUBAM

Apontando uma série de contradições na política empregada na Petrobrás, na prospecção e comércio de petróleo e derivados, Lacerda Biagi informou que o petróleo subiu de preço, mas no mesmo período a gasolina subiu muito mais, cerca de uma vez e meia a mais. Esse excedente, arrecadado com as vendas de combustível não foram, entretanto, investidos na perfuração de petróleo.

Ninguém quer se submeter a sacrifícios — alertou o economista; os ministros, desde Cirne Lima, quando tomaram medidas desfavoráveis às classes econômicas, caltram”.

Garantindo que o maior fator inflacionário é o predomínio das estatais, “que consomem mais de 50% do PNB” — contabilizou — Biagi afirmou que o empresário

brasileiro “morreu e esqueceu de voltar”.

PETRÓLEO: POUCO AUMENTO

O economista citou dois preceitos de Roberto Campos — atual embaixador em Londres e ex-ministro da Fazenda: “O capitalismo selvagem gera um sindicalismo selvagem” e “Multiplicar prioridades é a maneira mais fácil de aviltar todas elas”.

Em seguida, defendeu tese de que “se os árabes aumentarem em demasia os preços do petróleo, muitos países terão que racionar e vão parar de comprar, o que não é interessante para os produtores”.

Segundo ele, “ou opta-se por economia estatal ou de mercado”. Lacerda Biagi afirmou que “as classes mais abastadas devem ter espírito de renúncia”, e assegurou: “Estamos repetindo os erros de 64, se não nos libertarmos do consumismo pregado pelos americanos, não teremos chances de assumir o controle do país, que hoje não nos pertence”.



Lições de tempos difíceis

Ageis e criativos, muitos grandes grupos de capital privado nacional continuam a crescer e a fortalecer-se

O lucro líquido após a provisão para o Imposto de Renda dos 250 maiores grupos privados nacionais alcançou, no ano passado, 84.384,4 milhões de cruzeiros. Este valor provavelmente apresenta distorção pela diversidade das fontes consultadas. Parte dos dados (45,6% do total) foi fornecida pelas próprias instituições; outros 39,5% vieram de cálculos feitos por esta revista, com base nos balanços publicados; os 14,9% restantes saíram de relatórios consolidados oficiais. É certo, porém, que a ordem de grandeza dos 250 maiores é formidável. Ela suplanta por larga margem, por exemplo, o volume de capital de risco colocado no Brasil por todas as empresas estrangeiras em 1979.

O levantamento traz também, como dado expressivo, a crescente importância do capital privado nacional. O patrimônio líquido conjunto (recursos próprios) dos grupos nacionais alcançou, no final do ano passado, cerca de 712.441,6 milhões de cruzeiros, ou 1,3 bilhões de dólares ao câmbio oficial da época. A soma talvez seja modesta, comparada, por exemplo, aos recursos imobilizados pelo governo nas empresas de energia elétrica. Mas é respeitá-

vel, se for levada em conta a natureza da atividade privada típica. Esta, conforme pode ser visto na tabela publicada nas páginas seguintes, tem forte presença de grupos muito ligados às finanças (18,9% do total), ao comércio (16,3% e à construção civil (14,7%), que giram muito dinheiro em relação ao capital próprio.

Mas salta à vista que o capital privado nacional, exemplo do que ocorreu com o estrangeiro e o estatal, al esteve no ano passado imune às dificuldades da economia como um todo. O problema maior, sem dúvida, foi a inflação elevada. A confrontação dos resultados do ano passado com os do exercício anterior também ficou prejudicada pela diversidade das fontes de dados primários. Considerando-se apenas os casos apurados de modo uniforme a situação piorou de 1978 para 1979. A maioria dos grupos (79,8%) conseguiu que suas receitas operacionais líquidas acompanhassem a inflação. Mas só em 40,7% crescimento dos grupos compensou a desvalorização da moeda, e numa razoável quantidade de organizações (31,7%) houve descapitalização.

As dificuldades do ano passado também se refletem

BALANÇO ANUAL '79

Quem reconheceu, cometeu erro
 1. 21-1072.
 No Plúmbio e 1.
 nível de Nacão
 da Hebraica. Do
 Rio, onde haverá
 Uçá para abençoar.

A influência da política oficial é clara nos resultados dos grupos financeiros

Os índices de rentabilidade (lucro líquido após a provisão para o Imposto de Renda, em relação ao patrimônio líquido). A média de todos os grupos caiu de 22,7% em 1978 para 12,5% em 1979. Para esta queda contribuíram os resultados negativos de alguns grupos às voltas com antigos problemas, como Ecsis, do Rio de Janeiro, Guarantã, de São Paulo, e Comabra, também paulista, todos em regime de concordata preventiva. A causa principal, no entanto, foi a política restritiva de crédito e de liberalização de salários nas faixas mais baixas. Isso elevou bastante, de um lado, os custos das empresas, enquanto, de outro, não houve a necessária contrapartida na ponta das receitas, que em grande número de casos dependem do beneplácito das autoridades.

A influência da política oficial nos resultados do ano passado é clara entre os grupos financeiros. Os decréscimos que aparecem na amostra registraram, sem exceção, queda na rentabilidade do patrimônio, de 1978 para 1979. A rentabilidade da maioria ficou próxima à média de 15,7%, surgindo como exceções o Bradesco, com 20,7%, e a Dalfin, com 4,9%.

Área dominada por empresas nacionais cabeças de grupos econômicos fortes, a industrialização de carne e afins também teve resultados muito prejudicados no ano passado pela política de contenção de preços. Neste particular, a situação mais dramática continuou sendo a da Comabra, dona da marca Wilson. Em 1979, pelo quarto ano consecutivo, a empresa voltou a ter prejuízo operacional: 213,5 milhões de cruzeiros, para uma receita operacional líquida de 1.543,6 milhões. Com isso, descapitalizou-se

ainda mais, tornando difícil a sua recuperação. A empresa está em regime de concordata preventiva, solicitada há dois anos, diante de uma violenta crise de liquidez.

Outro grupo tradicional no ramo de frigoríficos, com resultados pouco convincentes no ano passado foi a Bordon, com sede em São Paulo. Seu prejuízo, porém, foi pequeno — 3,2 milhões de cruzeiros —, em relação aos recursos próprios empregados (1.448,1 milhões) e à receita operacional líquida do exercício (6.242,0 milhões). No frigorífico Bordon, o endividamento total cresceu de 52,5%, em relação ao ativo, em 1978, para 70,3%, no ano passado.

Ao governo, que corta encomendas numa área onde é praticamente o único cliente e atrasa os pagamentos, pode-se igualmente debitar a piora do desempenho financeiro de muitos grupos fortes liderados por empreiteiros: Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, Celenco e C.R. Almeida. A rentabilidade média caiu em treze dos dezesseis grupos presentes entre os 250 maiores. Outros sinais de deterioração financeira foram a menor liquidez corrente média; a maior participação de empréstimos e financiamentos no passivo total; e um crescimento médio do patrimônio líquido inferior à inflação. Sintomático foi ainda o aumento da relação despesas financeiras, receitas operacionais em dez dos onze maiores grupos liderados por empreiteiros, bem como o substancial crescimento da rubrica "contas a receber de clientes" nos ativos, provavelmente pelos atrasos de pagamento do governo.

O grupo Malharazzo teve prejuízo operacional, compensado pelo elevado saldo positivo da correção monetária. O

Os 20 maiores por setor — rentabilidade

Class. setor	Class. setor geral	Grupos	Lucro após IR (milhões)	Rent. líquida (%)	Finanças		Serviços			
					Class. setor geral	Grupos	Class. setor geral	Grupos		
1	3	Bradesco (SP)	4.688,1	20,9	1	11	Camargo Corrêa (SP)	1.703,0	33,0	
2	8	Bamerindus (PR)	1.860,0	13,0	2	16	Vargi (RS)	1.343,3	20,4	
3	10	Iloilo (SP)	1.961,0	14,5	3	23	Andrade Gutierrez (MG)	1.022,8	14,3	
4	14	Rev (SP)	1.632,2	16,4	4	33	P&G de C. (SP)	1.251,1	9,9	
5	19	Comand (SP)	1.128,8	14,8	5	36	Americanas (RJ)	616,4	11,0	
6	20	Uniconta (SP)	1.194,3	14,9	6	38	Lunegren (PE)	1.155,8	20,8	
7	21	Mercantil-Finasa (SP)	1.056,5	13,8	7	41	Carvalho Moura (RJ)	35,0	0,7	
8	22	Nacional (MG)	991,2	12,9	8	44	C.R. Almeida (RJ)	247,6	5,4	
9	25	Econômica (BA)	1.221,6	16,6	9	47	Celenco (SP)	201,7	4,5	
10	27	Atlântica-Bovista (RJ)	2.149,0	31,3	10	49	Mesquita (RJ)	454,0	11,1	
11	31	Sul América (RJ)	716,5	11,6	11	51	Alança (RJ)	1.020,0	22,2	
12	40	BCN (SP)	478,0	8,9	12	55	Hermes Alacena (PR)	363,6	9,9	
13	42	Subsistema (RS)	710,6	14,7	13	58	Superpassos (RJ)	403,0	11,6	
14	58	Mercantil do Brasil (MG)	713,3	17,8	14	61	J. Alves Versiani (SP)	529,6	16,0	
15	62	Vepan-Residência (RJ)	504,0	17,6	15	63	Odebrecht (BA)	1.080,5	34,8	
16	70	Bezanon (RJ)	387,3	14,2	16	66	Machon (SP)	291,7	13,1	
17	71	Bezanon, Simonsen (RJ)	365,5	15,6	17	69	Ferraria Guedes (SP)	82,1	2,9	
18	74	Sara (SP)	1.441,0	25,0	18	70	Gomes A. Fernandes (RJ)	492,0	17,8	
19	75	Delim (SP)	1.122,9	20,0	19	76	Seriva (SP)	10,9	0,4	
20	82	Banorte (PE)	308,3	5,5	20	77	Dueros Gavão (RJ)	505,5	21,1	
			Média (lucro) e Média (rentabilidade)				Média (lucro) e Média (rentabilidade)			
			903,6	9,8			1.127,5	14,6	671,0	13,0

* Os dados estatísticos são baseados em informações fornecidas pelos grupos.

Faltam encomendas, após a grande expansão

Após dois anos de queda da produção (-1,1%, em 1978, e -1,7%, em 1977), a indústria de máquinas e equipamentos conseguiu uma pequena recuperação, com um crescimento de 2,6% em 1979, conforme levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). No caso específico de bens de produção mecânicos, sob encomenda, o crescimento foi mais elevado (15% em 1979), mantendo a média dos últimos cinco anos, segundo a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdib).

Esses índices, contudo, não, traduzem uma situação favorável, pois resultaram de encomendas feitas em 1978 ou em anos anteriores. Em 1979, o quadro foi substancialmente alterado; a queda dos pedidos em carteira girou em torno de 30%, significando que, neste

ano e no próximo, o crescimento do setor estará comprometido, mesmo com substancial aumento de vendas.

Cortes de investimento — Para a Equipamentos Villares, por exemplo, o ano de 1979 não apresentou problemas. "Tivemos um bom desempenho e encerramos o ano com razoável lucratividade", afirma seu diretor adjunto, o engenheiro José M. Seber. A empresa completou diversos investimentos, como as novas fábricas de equipamentos, em Araraquara, e de motores elétricos, na capital. E o complexo siderúrgico da Vibasa (Villares Indústrias de Base S.A.), em Pindamonhangaba, com investimentos previstos da ordem de 12 bilhões de cruzeiros, começou a operar parcialmente.

Mas Seber confirma que as perspectivas não são estimulantes: "A queda nas vendas de 1979 fatalmente influirá no desempenho em

1980. O setor de máquinas e equipamentos não tem saídas para compensar a falta de projetos públicos e trabalhará com ociosidade tentando salvar-se dos prejuízos".

A indefinição do governo quanto aos grandes projetos, que desde 1978 vêm sofrendo adiamentos nos cronogramas, cortes de investimentos e atrasos de pagamentos das encomendas, é apontada pelos empresários como o maior problema do setor já que as empresas estatais são responsáveis por 60% das encomendas à indústria de bens de capital.

Maior capacidade — "Em 1979, o governo reconheceu a inviabilidade dos fantasmagóricos

DESTAQUES

O melhor desempenho	Otis
A maior queda de vendas	Distilarias Dedini
Maior lucro	Brown Boveri
Maior prejuízo	Zanini
A mais endividada	Usiminas Mecânica
O maior capital de giro próprio	Romi
O maior capital de giro negativo	Usiminas Mecânica
A pior liquidez	Usiminas Mecânica
A menos rentável	Usiminas Mecânica

cos projetos da época do milagre, justamente quando as empresas do setor completavam todos os grandes investimentos, aumentando sua capacidade em duas vezes e meia em relação a 1977", afirma Sylvio Puppo, diretor-executivo da Abdib.

Para a realização dos empreendimentos de Carajás, Tucuruí, Açominas, Pré-metrô e metrô do Rio de Janeiro, Fepasa e Rede Ferroviária, é necessário um desembolso anual de 400 milhões de dólares, segundo levantamento feito pela Abdib. Mas tanto a Abdib quanto as empresas do setor reconhecem que, na atual conjuntura, o país não dispõe desses recursos.

Os cortes feitos pelo governo em junho deste ano vieram a aumentar ainda mais o pessimismo dos fabricantes. Para a Abimaq, a indústria de máquinas e equipamentos sofrerá uma redução de 4% a 7% na produção global, considerando apenas os nove maiores orçamentos estatais (Acesita, Siderbrás, Eletrobrás, Itaipu, Petrobrás, Vale do Rio Doce, DNER, Portobrás e Sunamam).

A Codistil (Construtora de Distilarias Dedini) foi uma das

AS MAIORES

Receita operacional bruta, em Cr\$ 1 000

General Electric	9 968 735
Usiminas Mecânica	5 223 493
Equipamentos Villares	4 308 959
Indústrias Villares	3 529 886
Brown Boveri	3 443 606
Atlas Copco	2 971 000
M. Dedini	2 969 518
Romi	2 824 714
Transformadores União	2 571 965
Boith	2 276 000
Zanini	1 996 908
Cebec	1 879 049
Otis	1 850 723
Equipetrol	1 827 597
Mecânica Pesada	1 800 843
Máquinas Piratininga	1 786 902
Bardella	1 733 081
Distilarias Dedini	1 627 657
CBC	1 573 751
Faço	1 545 701

Depois da grande queda

O nível de encomendas continua baixo, mas sente-se um alívio com a interrupção da tendência declinante

A situação da indústria nacional de bens de produção mecânicos não deverá sofrer alterações sensíveis em 1980. Os destinos do setor continuarão a ser ditados pela batalha cada vez mais árdua conduzida pelo governo contra um quadro econômico adverso. Mas não se prevê a repetição da desagradável experiência de há cerca de dois anos, quando as encomendas começaram a cair, sem no instante em que o setor acabava de quadruplicar sua capacidade produtiva, graças a maciços investimentos iniciados em 1973. A realização dos esperados lucros, então, foi estralada pela mudança do perfil de um mercado em que os planos de produção de energia ganhavam prioridade desalojando outras áreas.

O ano passado e o anterior, portanto, caracterizaram-se por um processo de ajustamento à nova realidade. Para este ano, há certo otimismo, produzido mais pela estabilização de alguns setores do que pela melhora no volume de encomendas (em fevereiro, os pedidos em carteira correspondiam a uma produção de 27,4 semanas, enquanto em 1976 a média era de 44,5 semanas). Embora considere inviável a reação que mude de forma significativa essa situação, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Einar Alberto Kok, calcula que 1980 seja "um ano positivo", pois a produção voltou a ser "normal" e a ociosidade estabilizou-se "em níveis razoáveis de 15 a 20%".

A avaliação de Kok, que exprime a tendência média do setor mecânico, aponta colocações particulares em alguns de seus segmentos. "Estamos pessimistas, mas não desesperados", definiu Hiroyuki Sato, diretor administrativo da Howa S.A. Indústrias Mecânicas e membro de um departamento setorial da mesma Abimaq. Quanto Luiz Lacerda Biagi, vice-presidente da Zanini S.A. Equipamentos Pesados, declara: "Nosso objetivo imediato é apenas sobreviver, trabalharmos sem ganhar nada, mas também sem ter prejuízo, já estamos satisfeitos".

Prejuízos e alto endividamento foram características comuns, no ano passado, a vários fabricantes de equipamentos pesados que, como a Zanini, estão ligados a projetos básicos do País, em particular ao Proálcool. Mas praticamente não houve um único subsetor da indústria mecânica que escapasse ileso ao panorama geral de um mercado contraído, crédito escasso e inflação sufocante.

"A partir deste ano", observa Einar Kok, "começou a se confirmar a tese de que o destino da indústria nacional de bens de capital está ligado a um fator preponderante: recursos financeiros." O problema agrava-se ante a re-

tração do principal comprador de bens de capital sob encomenda, o setor público, empenhado em reduzir ou protelar investimentos. Segundo o presidente da Abimaq, o setor privado também retarda a execução de planos, por faltarem recursos tanto próprios como de terceiros, já que uns são negados pela escassez dos lucros operacionais, limitados pela política oficial de controle de preços, e outros permanecem inacessíveis pelo alto custo. Por fim, lembra Kok, os investimentos da empresa privada estão inibidos pela "insegurança quanto ao equacionamento dos problemas de fonte de energia (acionamento do óleo com-

O Proálcool ainda não deu lucro

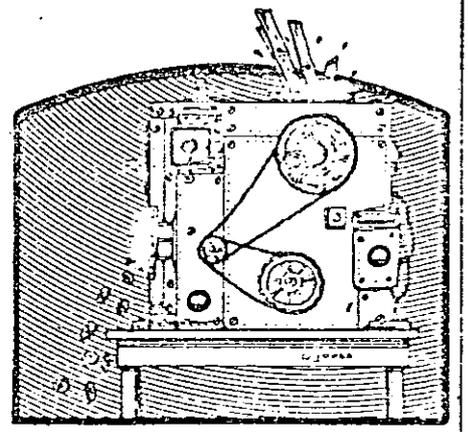
Com uma das mãos, o governo libera recursos para o Proálcool; com a outra, adquire o álcool e o açúcar fabricados no País por preços bem inferiores àqueles pelos quais revende esses produtos no mercado interno ou no exterior. A diferença entre o que dá e o que toma deixa nos cofres públicos um saldo positivo que apenas em 1980 será de 1.673 bilhão de dólares.

Ao divulgar esses dados, que se baseiam nas próprias estimativas oficiais, Luiz Lacerda Biagi, vice-presidente da Zanini S.A. Equipamentos Pesados — que fechou seu último balanço com um resultado negativo antes do saldo da correção de 107 milhões de cruzeiros —, não pretende criticar o governo. "Meu objetivo é impedir que se diga que o setor não tem vitalidade, que não é viável. Claro que é, desde que não haja esse confisco. Qual a outra atividade econômica que contribui com quase 1,7 bilhão de dólares por ano para o erário brasileiro?"

Uma das muitas ramificações dos empreendimentos da família Biagi, a Zanini sofre decisiva influência do Proálcool. E isso explica, em parte, seus maus resultados de 1979. Até setembro, a empresa expunha-se à contínua erosão dos preços de seus produtos, pelo fato de os projetos de novas destilarias serem aprovados em moeda fixa, e não em ORTN, como passou a ocorrer então. A arrastada burocracia do Proálcool também acentuou o descompasso entre a oferta dos equipamentos e a capacidade de absorção pelo

mercado, pressionando os preços para baixo. Outros fatores apresentados pela empresa para explicar seus resultados foram o aumento de encargos financeiros, decorrente do atraso na liberação de parcelas de financiamentos oficiais; a variação cambial, inclusive a maxidesvalorização de dezembro, inteiramente absorvida no exercício; e os investimentos na Renk-Zanini e na AKZ-Turbinas, empresas controladas fabricantes de equipamentos para o plano energético.

Apesar das dificuldades, Biagi diz que há dois anos nada pede ao governo. E critica os empresários que vivem pressionando as autoridades: "Se quisermos que tudo seja prioritário, nada vai funcionar", pondera.





Impressos Fiscais e Comerciais - Envelopes Especiais e Padrão
Alto Relevo Americano e Timbrado - Carimbos

FONE, 25-4150

DR LUIZ LACERDA BIAGI:

Para sua apreciação, seguem em anexo
cópias das matérias publicadas no
ESTUDO ESPECIAL do jornal O Estado
de S. Paulo.

Um Abraço Amigo

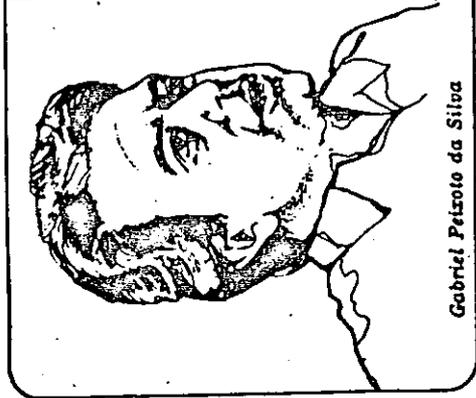
Horacio Luck

L. L. B.

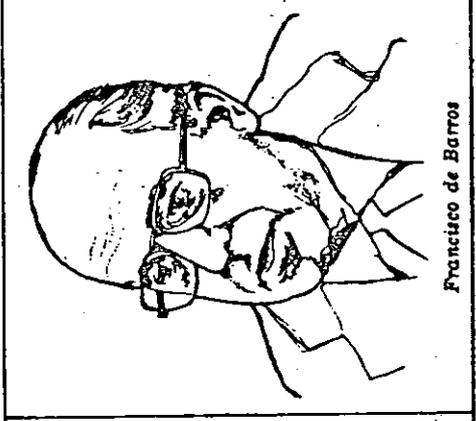
OCT 11 1980

Prédio Próprio com Estacionamento
Rua João Guilão, 340/360 V. Virginia - Rib. Preto

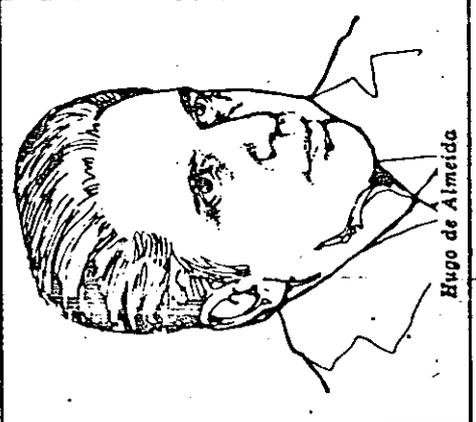
A meta do Proálcool, definida para 85



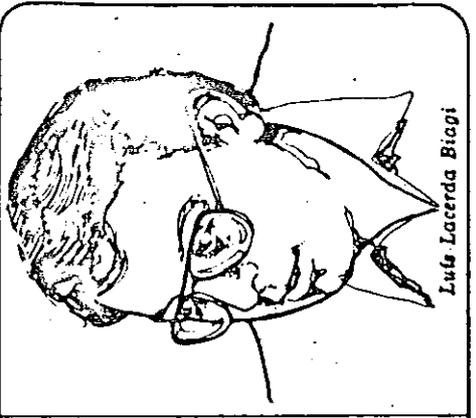
Gabriel Peixoto da Silva



Francisco de Barros



Hugo de Almeida



Luís Lacerda Biagi

O governo decidiu manter a meta que considera mais realista: 10,7 bilhões de litros de álcool em 1985, conforme prevê o Programa Nacional do Alcool, embora alguns empresários reivindiquem a elevação para 14 bilhões. José Marques, presidente da Comissão Executiva Nacional do Alcool, que coordena o programa, diz que as informações disponíveis indicam que é possível produzir 10,7 bilhões de litros em 1985, enquanto a fixação de níveis superiores poderá ser inútil, já que vários fatores contribuirão para impedir que se atinja esse índice.

O primeiro obstáculo é técnico: a implantação de uma destilaria autônoma de grande porte demora dois anos para concluir a parte industrial e três para completar o suporte agrícola. E a tendência é de que a maioria dos projetos no Proálcool seja de destilarias autó-

nomas contra a de destilarias anexas (usinas de açúcar).

O desenvolvimento do Proálcool se dará basicamente através da iniciativa privada e a Comissão Executiva acredita que o engajamento de empresários no programa e o tempo necessário para a implantação dos projetos serão suficientes para alcançar a meta estabelecida.

Fatores econômicos também influem: o Proálcool teve assegurado para este ano Cr\$ 34 bilhões para investimentos e seu orçamento para 1981 prevê investimentos de Cr\$ 54,9 bilhões. Uma parcela dos recursos para os próximos anos virá do Fundo de Mobilização Energética, que também deverá canalizar parte dessa verba para outros programas prioritários, como o Programa Nacional do Carvão. Sendo assim, o Proálcool precisará buscar recursos orçamentários no Tesouro, dotações especiais e empréstimos inter-

nos (e até externos) para compor sua estrutura financeira nos anos 80. Os responsáveis reconhecem essas dificuldades e dizem que elas são mais uma razão para manter a meta de 10,7 bilhões de litros em 1985, sem alterações.

Mas a partir dessa produção, será possível aumentá-la para 14 bilhões já em 1987, com possibilidade de se chegar a 16 bilhões de litros — dependendo de aprovação do CDE. O País chegará ao final da década com 20 bilhões de litros de álcool por ano.

A tecnologia de produção de álcool a partir da cana e da mandioca está praticamente dominada e em breve o mesmo acontecerá com a extração a partir da madeira e resíduos florestais. Para as destilarias, o índice de nacionalização é de 100% e a indústria nacional demonstra estar capacitada para atender a demanda de projetos do Proálcool.

Enquanto isso, a tecnologia de uso do álcool como combustível de automóveis também está próxima do aperfeiçoamento e os níveis de consumo, em relação à gasolina, já são superiores em apenas 12%.

Até o momento, o governo autorizou a fabricação de 250 mil carros novos a álcool, passando para 300 mil em 1981 e 350 mil em 1982. No mesmo período, poderão ser convertidos, por oficinas credenciadas pela Secretaria de Tecnologia Industrial, 270 mil motores a gasolina.

A produção de álcool na safra 79/80 é estimada em 4,1 bilhões de litros. Até o final de julho último, os projetos enquadrados no Proálcool, incluindo destilarias já funcionando ou em fase de construção, somam 298, com capacidade nominal de produção de 5,7 bilhões de litros por anos/safra.

Lucro de 1,8 bilhão de dólares com a gasolina

Se não houvesse qualquer alternativa, o Brasil chegaria a 1985 gastando 21 bilhões de litros de gasolina, a custos insuportáveis. Com 10,7 bilhões de litros de álcool naquele ano, o consumo de gasolina esperado será igual ao de 1973, quando começou a crise do petróleo, e poupará US\$ 1,8 bilhão do balanço de pagamentos.

Pelos cálculos de Hugo Almeida, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, a primeira etapa do Proálcool (1980) ofereceu recursos de Cr\$ 44 bilhões para operações de crédito e incentivo à pesquisa. Desse total, Cr\$ 10 bilhões estão destinados ao custeio agrícola. As futuras 316 destilarias incorporação à fronteira agrícola 1,4 milhão de hectares de canaviais, sem prejudicar a produção de açúcar.

Fora da agricultura, Hugo Almeida alerta para os reflexos do Proálcool: geração de empregos nas cidades e na zona rural, com a utilização de máquinas e equipamentos genuinamente nacionais, industrialização da matéria-prima, estocagem, distribuição, transporte e comercialização do produto final. Essa estrutura aciona o sistema bancário, com novas oportunidades de crédito às áreas produtoras, fortalecendo a receita pública, a iniciativa privada e as comunidades.

Hugo Almeida garante que o Proálcool receberá recursos externos para suportar seu "amplo programa". As condições de financiamentos serão proporcionalmente mantidas. Hoje, elas estão na base de 80% a 90% de investimentos fixos para a parte industrial dos projetos (12 anos para amortização com três de carência) e encargos financeiros de 2% a 6% ao ano, mais 40% de variação anual das ORTNs. O custeio agrícola terá financiamento de 100% e encargos fixos de 10% a 15%, variando de acordo com as dimensões da propriedade.

A META

Os empresários do setor alcooleiro consideram difícil chegar a 1985 produzindo 10,7 bilhões de litros e usam um argumento técnico: o prazo mínimo para uma destilaria funcionar plenamente é quatro anos — um no preparo da terra e desenvolvimento do viveiro de mudas e três para construção de usina, que só atinge moagem completa na segunda ou terceira safra.

O engenheiro Francisco de Barros, ex-secretário de Obras e do Meio Ambiente de São Paulo e atual presidente da Brasálcool, diz que a capacidade das indústrias de equipamentos para destilarias continua ociosa. Há condições de serem construídas 100 destilarias por ano, mas a procura tem sido de no máximo seis por mês, mas não há pessimismo entre os industriais.

Luiz Blagi, vice-presidente da Zanini, uma das maiores fabricantes, acha que a meta do governo pode não ser alcançada em 1985, "mas antes do ano 2000, o País produzirá 100 bilhões de litros. Essa rentabilidade dependerá do apoio oficial, com enfoque empresarial, sem paternalismo; o empresário quer garantia de bom preço, nunca subsídio".

O presidente da Zanini, Maurílio Blagi, vê três obstáculos ao Proálcool: "Má vontade da indústria automobilística, que teme o encolhe dos carros movidos a gasolina; necessidade de conscientizar a opinião pública para a importância do programa; e a falta de empresários dispostos a investir no álcool".

Defendendo a expansão da lavoura canavieira, Luiz Blagi considera absurdas as críticas de que esse crescimento ameaçará a cultura de alimentos: "Esse temor é dos que desconhecem a lei da oferta e da procura. Hoje, a possibilidade empresarial está no álcool".

O SUBSÍDIO E A RENDA

Para Francisco de Barros, um dos entraves ao desenvolvimento do programa é o desleixo de agricultores que ainda plantam de forma errada, trabalham com espécies de má qualidade e provocam defasagem no replantio, afetando a produtividade, "o único elemento que deve ditar o preço do álcool. Aumentando-se o rendimento, não é necessária a elevação pura e simples dos preços".

Outro obstáculo apontado por Francisco de Barros é o preço elevado das terras adequadas ao plantio de cana. "Os altos investimentos para a construção de uma usina e terras mais caras pressupõem a existência do subsídio — ainda que em caráter de exceção — para possibilitar a fabricação de um combustível barato."

CONSUMO

A greve dos metalúrgicos deste ano obrigou a indústria automobilística a optar entre o atendimento do mercado interno de carros movidos a gasolina, fabricar carros a álcool ou fazer veículos para exportar. Como a primeira alternativa oferece maiores vantagens, os carros movidos a álcool sofreram atraso na produção. Mesmo assim, os fabricantes garantem que o protocolo assinado com o governo será cumprido, com a entrega de 250 mil veículos até dezembro próximo.

Em 1985, o consumidor brasileiro terá, segundo os industriais, cerca de 2,5 milhões de carros movidos a álcool, absorvendo a produção do Proálcool, de 10,7 bilhões de litros (9,2 bilhões para a indústria automobilística e 1,5 bilhão para substituição da nafta na indústria petroquímica).

Segundo a Fiesp, a única área que ainda apresenta lentidão é a de ônibus leves e pequenos caminhões e tratores de motores do ciclo Otto (a álcool), para a substituição do diesel. Os técnicos da entidade acreditam que falta um plano "bem engrenado" para atender mais rapidamente a cláusula do protocolo que pede prioridade de produção para os veículos de transporte coletivo, de carga e máquinas agrícolas. Uma das alternativas sugeridas por eles, para superar esse problema, é a compra de petróleo mais pesado, para obter-se mais diesel na destilação, podendo chegar a 39% (hoje é 32%). Outra saída é adicionar óleo vegetal no diesel.

Quanto ao preço do álcool ao consumidor, os técnicos da Fiesp que assessoram a Comissão Nacional de Energia explicam: ele não está vinculado ao preço do açúcar nem ao dos derivados do petróleo. Daqui para frente, ele corresponderá ao custo de produção e não deverá ultrapassar nunca a 65% do preço da gasolina, para estimular a compra de veículos a álcool.

O motor a álcool apresenta, em média, 20% menos de rentabilidade em relação ao movido a gasolina, mas os fabricantes estão otimistas. Acreditam que, dentro de dois anos, haverá equilíbrio e, durante a década, o álcool acionará com perfeição pick-ups, tratores pequenos e ônibus leves.

Zanini critica apoio a empresa estrangeira

SÃO PAULO (O GLOBO) — O vice-presidente da Zanini Equipamentos Pesados, Luiz Lacerda Biagi, disse ontem que o Banco Mundial (Bird), ao condicionar a concessão de uma linha de financiamento para o Proálcool de até US\$ 1 bilhão à abertura de concorrências internacionais para fornecimento de equipamentos, atua "como um agente comercial das empresas estrangeiras".

Na opinião do empresário, a estratégia do Bird é "facilitar a entrada de multinacionais no setor de equipamentos, já que o mercado comprador de máquinas para as usinas de álcool é extremamente atraente". Biagi acha que o mercado não precisa importar equipamentos, pois as empresas nacionais produtoras de bens de capital estão suficientemente aparelhadas, física e tecnologicamente, para fornecê-los.

O empresário entende ainda que o Proálcool não precisa de financiamento externo, porque já é auto-suficiente, dado o enorme volume de recursos que gera para si mesmo e para o sistema como um todo.

— Neste ano, o setor privado do açúcar e do álcool irá gerar um excedente para o sistema da ordem de US\$ 2,5 bilhões, que é o diferencial representado entre o que o produtor recebe e o preço final do açúcar e do álcool — diz Biagi.

RENDA FANTÁSTICA

No setor de açúcar, Biagi faz os cálculos: o Brasil irá exportar este ano 2,18

milhões de toneladas do produto, a Cr\$ 38 mil a tonelada, sendo que o produtor recebe Cr\$ 11 mil por tonelada, no que resulta num excedente de mais de US\$ 1 bilhão para o sistema. Na área do álcool, o cálculo é semelhante: o produtor recebe Cr\$ 16,61 por litro, dos três bilhões de litros produzidos este ano, sendo que o diferencial entre este preço e o pago pelo consumidor também supera a casa de US\$ 1 bilhão.

— Diante deste quadro — disse Biagi — podemos concluir duas coisas: o Proálcool não precisa de financiamento externo e nem de tecnologia externa, já que é auto-suficiente nos dois aspectos. Em segundo lugar, além de gerar recursos para os produtores (gerando riqueza, empregos e aliviando as tensões sociais), ele cria uma renda fantástica para o sistema intermediário entre o produtor e o consumidor.

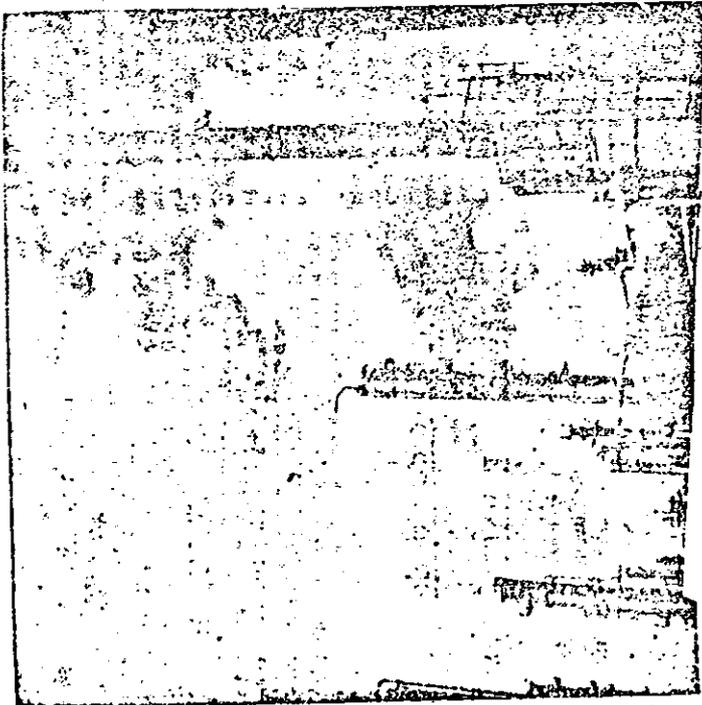
Biagi entende que se o Governo aceitar as condições do Banco Mundial para a concessão do financiamento, terá que dar vantagens para as empresas de equipamentos nacionais, para que elas possam concorrer em igualdade de condições com as estrangeiras.

— Uma empresa do exterior que irá exportar equipamentos para o Brasil — afirma Biagi — recebe todas as formas de incentivos do seu país, o que vai baratear o seu equipamento. Por isso, as empresas nacionais deve o Governo conceder os mesmos incentivos que concederia se estivessem exportando.

Deposito

DIÁRIO DA MANTUA

Fundado em 1.º de Junho de 1898 — Decano da Imprensa de Ribeirão Preto — Porta-pórgo autorização n.º 03 DRE-RO
Ribeirão Preto, Sábado, 27 de Setembro de 1980 — Ano 83 N.º 34.623
EXEMPLAR: Cr\$ 8,00; Aos Domingos: Cr\$ 10,00
Diretor Responsável: ANTONIO CARLOS SANT'ANNA



Luiz Biagi confirma DM: «Bird atua como agente comercial dos estrangeiros»

Confirmando o que este jornal tem afirmado nos últimos dias, o vice-presidente da Zanini, Luiz Lacerda Biagi, declarou na capital do Estado que o Banco Mundial — Bird — ao condicionar a concessão de uma linha de financiamento para o Proalcool de US\$ 1 bilhão à abertura de concessões internacionais para fornecimentos de equipamentos para "promover um

agente comercial das empresas estrangeiras".
A estratégia do Banco Mundial disse Biagi, é "facilitar a entrada de multinacionais no setor de equipamentos, já que o mercado com- pleto de máquinas para usinas de álcool é extremamente atrativo".
Biagi entende que não é neces- sário este tipo de importação, já que as empresas nacionais estão

capacitadas para fornecer todo o equipamento.
Acrecentou o vice-presidente da Zanini que se o governo aceitar as condições do Banco Mundial para a concessão do financiamento, terá que dar vantagens as em- presas de equipamentos nacionais para que elas possam concorrer em igualdade de condições com as es- trangeiras. — (LEIA EDITORIAL)

DATA	JORNAL	ASSUNTO: DIVERSOS
15/09/80	Journal do Brasil / RS	

JORNAL DO BRASIL segunda-feira, 15/9/80 1º

Empresários garantem meta do Proálcool em 85 já no próximo ano

São Paulo — "Podem ficar tranquilos o Vice-Presidente Aureliano Chaves e o Ministro Camilo Pena que faremos os investimentos necessários para produzir 10 bilhões 700 milhões de litros de álcool, até 1985. Estou convicto de que já em 1981 teremos projetos implantados e enquadrados pelo CENA (Comissão Executiva Nacional do Alcool) para cumprir a meta".

Disse ontem o vice-presidente do Grupo Zanini, Luiz Biaggi.

O vice-presidente da Usina São Martinho, João Guilherme Ometto, também acredita na capacidade dos empresários brasileiros "em tocar o Proálcool" mas ressalvou que, em contrapartida, "o Governo precisa definir a matriz de preços sob o risco de ocorrerem desistências até mesmo de destilarias já contratadas".

Representando grupos entre os maiores investidores do Proálcool, eles falaram a propósito das declarações dos Srs Aureliano Chaves e Camilo Pena, feitas quinta-feira última, no Rio e em Belo Horizonte, a respeito do capital externo no programa. O Ministro disse que se não for possível contratar aqui para fazer 10 bilhões 700 milhões de litros, "poderemos aceitar estrangeiros".

BANQUEIROS REFORÇAM

O Sr Biaggi chamou a atenção para o interesse dos brasileiros: "São empresários fortes, até banqueiros, como é o caso da Atlântica Boavista (Grupo Bradesco) com o projeto de Bodoquena e o BCN, que vai montar uma destilaria em Codópara, Mato Grosso, perto de São João del-Rei".

Ele mencionou também o interesse do Banco Econômico e que "os banqueiros querem fazer destilarias gigantes".

O Sr Biaggi considera boa a performance do Proálcool.

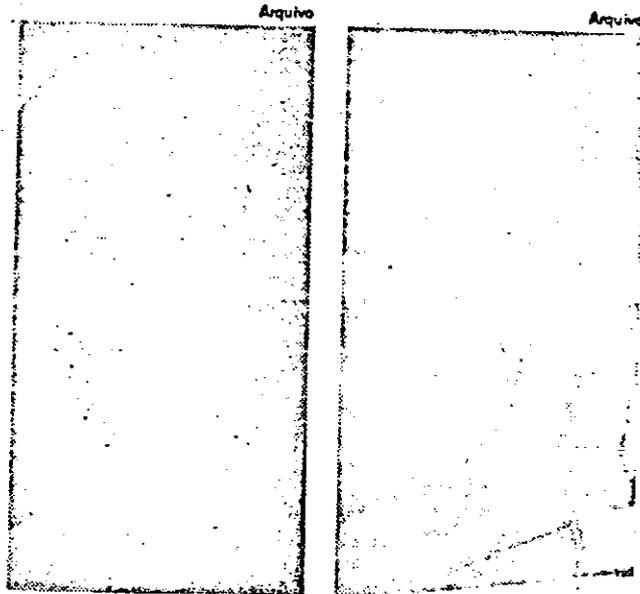
Lembrou que de 500 milhões de litros em 1975, já se produzem hoje mais de 4 bilhões de litros e que no Governo Geisel fora prevista para 1980 uma produção de apenas 3 bilhões 800 milhões. Reiterou que a reação dos empresários é muito positiva e o Grupo Zanini é constantemente procurado com propostas de investimentos para a área.

Dizendo-se confiante na motivação e na capacidade do empresário nacional e lembrando que existe um grande número de agricultores dispostos a formar novos grupos para investir no Proálcool, o Sr João Guilherme Ometto chamou a atenção para a preocupação do setor com relação à falta de uma política de preços.

Ele acha que se não houver a definição de uma matriz de preços (basicamente, preços que levem em conta a inflação e o aumento dos insumos), "nem mesmo estrangeiros vão querer investir no Proálcool, vendo que fazendo projeções oficiais de preços com base em uma inflação de 40% e sem considerar a alta desenfreada dos insumos".

"É preciso muito cuidado com esse problema porque tem muito empresário com destilaria autônoma apertado até à garganta", destacou o Sr Ometto, recomendando ao Governo que um programa como o Proálcool exigiria no início incentivos maiores para motivar ainda mais o empresariado nacional.

O Sr Ometto disse ainda que com uma boa política de preços para o álcool e junto às vantagens que o país tem no setor, com empresários de nível para plantar e industrializar a cana, "não haveria razões para receios sobre o sucesso do Proálcool, até acima das melhores expectativas".



Luiz Biaggi João Guilherme Ometto

Zanini ampliará em 85% a capacidade produtiva

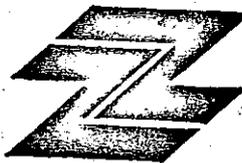
São Paulo — O vice-presidente executivo do Grupo Zanini, Luiz Biaggi, informou ontem que o grupo apresentará nos próximos dias um plano de expansão de sua produção de álcool à Comissão Executiva Nacional do Alcool (Cena), que elevará sua capacidade de 760 mil para 1 milhão 440 mil litros dia — um aumento de 85%.

Trata-se de uma expansão de 660 mil litros a ser concretizada em quatro projetos agro-industriais distintos do Grupo Zanini: a Usina Santa Eliza passará de 300 mil litros para 540 mil; a destilaria Bemol, de 120 mil para 360 mil; a Maurílio Biaggi, de 120 para 399 mil; a D. Basa, de 240 para 300 mil.

Capacidade nacional

Segundo os dados fornecidos pela Cenal na última quinta-feira, existe uma capacidade nominal de produção de álcool das destilarias (das em atividades, projetos em implantação ou enquadrados) de 6 bilhões 300 milhões de litros por safra. Isso já representa 64% da meta prevista para 1985, com 10 bilhões 700 milhões de litros ano.

Do início do Proálcool, em 1975, até agosto último, foram aprovados 303 projetos de destilarias, com capacidade nominal de 5 bilhões 930 milhões de litros por safra. A Cenal examinava naquele mês 36 projetos que poderão garantir mais 858 milhões de litros ano safra. Os recursos governamentais nos projetos somavam até julho último Cr\$ 10 bilhões 819 milhões e poderão alcançar Cr\$ 27 bilhões 400 milhões.



JORNAL DO BRASIL terça-feira, 8/1/80 1º Cadern



Arquivo

Luls Biagi

Usineiro culpa Interbrás por vender barato

São Paulo — Produtores de álcool reunidos na tarde de ontem na Sopral (Sociedade de Produtores de Alcool e Açúcar) culpam a Interbrás pelas dificuldades criadas para a exportação de álcool, ao oferecer o produto no exterior a preço mais baixo do que ele vale.

O empresário Luls Biagi, do Grupo Biagi, disse que está com 120 milhões de litros de álcool para serem exportados à razão de Cr\$ 14,00 o litro, mas a Interbrás oferece o mesmo produto a Cr\$ 12,00. Isso, a seu ver, cria um dumping, que impede a exportação. "É preciso se analisar essa situação com melhor cuidado, pois o Brasil está perdendo dinheiro", observou.

Foi analisada também a dificuldade de exportar álcool, devido às barreiras impostas pelo Conselho Nacional de Petróleo e a Interbrás, chegando-se à conclusão de que o Governo deve criar condições para o aproveitamento de 500 milhões de litros de álcool estocados do Sul, exportando ou conseguindo outra maneira de aproveitá-lo.

A hipótese de levar o álcool para o Nordeste foi considerada difícil, pois seu preço saíra muito caro para o consumidor, devido ao frete que é alto. A indecisão do Governo no setor de exportação do álcool foi comentada na reunião da tarde de ontem, pois a Sopral, que tem-se esforçado para vender externamente álcool, não tem conseguido êxito apesar de existirem clientes potenciais, devido às dificuldades criadas pela burocracia oficial.

Luiz Lacerda Biagi fala do Proálcool

“Governo precisa determinar objetivos mais precisos”

Depois de traçar um amplo perfil do Proálcool e daquilo que motivou a sua criação, Luiz Lacerda Biagi, 35 anos, vice-presidente da Zanini S/A Equipamentos Pesados, em entrevista à revista Analítica Ciências e Tecnologia afirmou que “o governo precisa determinar objetivos mais precisos para o Proálcool”.

“Termos uma previsão até 1985 para o Proálcool é muito pouco para o vulto da empreita. Até lá, temos idéia do que poderá acontecer; e após tal data?”

Salientando que o Proálcool parece “ter sido criado apenas para atender a um segmento de mercado (a indústria automobilística)”, disse que ele deveria ser mais amplo e principalmente atingindo a setores prioritários como, por exemplo, a

frota nacional de caminhões, tratores, ônibus, etc.

Fazendo alusão ao fato de que “gostar de levar vantagem em tudo” tem um sabor bem brasileiro, demonstrou a sua preocupação com a prática das “empresas-meio”, erroneamente mais importantes do que, de um lado a produção e de outro, o objetivo-fim.

“Em outras ocasiões já tivemos outros programas destinados ao desenvolvimento de regiões geográficas, exploração de reservas naturais, etc. Muitos de tais programas fracassaram ou não obtiveram os resultados esperados, exatamente pela falta de planejamento mais adequado e com objetivos mais precisos. Espero que o Proálcool não sofra do mesmo mal.

É necessário que o processo seja mantido e aprimorado e todas as suas linhas básicas definidas”, afirmou.

ECONOMIA DE ESTADO FANTASIADA DE ECONOMIA DE MERCADO

Perguntado se a atual crise por que passa o país tem como origem maior o problema energético, Luiz Biagi manteve sua opinião publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em sua edição de 24 de julho de 1979.

“A questão energética brasileira não é tão grave como se afirma. O grande problema é que ela está sendo transformada no bode expiatório dos erros cometidos por um modelo econômico falho e pouco adequado”.

Em sua opinião, é evidente que os problemas econômicos foram agravados pelos sucessivos aumentos do preço do petróleo no mercado internacional mas, mesmo não havendo essa condicionante, a dívida externa brasileira seria apenas um pouco inferior à existente.

“Deve-se questionar não o problema energético, mas todo o modelo econômico brasileiro, guiado por um dirigismo estatal que acabou criando essa inércia. Hoje, somos uma economia de estado fantasiada de economia de mercado, atribuindo todos os males às empresas multinacionais.

Ora, é muito fácil conhecer os planos de ação das multinacionais, na medida em que elas devem satisfação à seus acionistas. O difícil é saber o que pretendem as empresas estatais”, finalizou Luiz Biagi.

